

GRUPOS INDÍGENAS BERBERES NA ANTIGÜIDADE: A DOCUMENTAÇÃO TEXTUAL E EPIGRÁFICA

Maria Cristina N. Kormikiari
Doutora em Arqueologia-MAE/USP

Resumo

A pesquisa desenvolvida neste artigo foi realizada durante um trabalho de organização da documentação epigráfica e textual referente aos grupos berberes norte-africanos na Antigüidade. Oportunamente, discutimos as especificidades da documentação à disposição do pesquisador desta área: arqueológica, epigráfica e textual e apresentamos nossa contribuição para a definição do conceito teórico tribo, normalmente utilizado de maneira vaga e pouco fundamentada.

Abstract

The research developed in this article was carried out during the organizing of textual and epigraphic document referring to the North-African Berbers of Antiquity. Opportunely, we discussed the proper uses of the documentation available for the researcher working in this field: archaeological, epigraphic and textual, and we also present here our contribution for defining the theoretical concept of tribe, usually applied vaguely and with little depth.

Palavras-Chave

Berbere – Norte da África – Antigüidade – Roma – Grupos Indígenas

Keywords

Berber – North Africa – Antiquity – Rome – Indigenous Groups

Introdução¹

O Norte da África, enquanto laboratório de transformações culturais impostas por mudanças históricas, constitui um campo de análise extremamente rico para o cientista humano. Esta região pode ser considerada, geograficamente, uma “ilha”, pois encontra-se separada da Europa pelo mar e do resto da África pelo deserto². De fato, sua ligação física mais direta é com o Oriente, esse mesmo Oriente com o qual grande parte de sua História se mescla. No entanto, apesar das barreiras físicas, a Península Ibérica em especial, mas igualmente a região mediterrânica central, desde tempos os mais remotos, estabeleceram uma série de contatos e intercâmbios humanos, culturais e econômicos com a região norte-africana³. De fato, um estudo acurado destes aspectos demonstra que, apesar de não podermos ignorar elos entre a região central norte-africana e sua área setentrional, foi com relação aos povos do continente europeu e do Oriente Próximo que a maioria dos processos ocorreu.

¹ O artigo que segue faz parte do segundo capítulo de nossa tese de Doutorado *Norte da África autóctone do século III ao I a.C.: as imagens monetárias reais berberes*. Nossa intenção ao escrever tal capítulo foi a de proporcionar algumas reflexões sobre as categorias de pensamento a serem utilizadas no tratamento destes povos marginais à História oficial do período, mas também, e essencialmente, a de apresentar em língua portuguesa um conjunto de informações básicas acerca destes povos. Aproveitamos o espaço cedido pela Revista de História para lembrar um dos primeiros pesquisadores brasileiros a se preocupar com o Norte da África na Antigüidade, Eurípedes Simões de Paula. Em sua tese de cátedra *Marrocos e suas relações com a Iberia na Antigüidade*, ele afirmava a necessidade de voltarmos nossos olhos para essa região. A coleção que leva seu nome, na biblioteca do Departamento de História-FFLCH/USP, é especialmente rica em obras consideradas “clássicas” pelos estudiosos modernos do Norte da África, sendo assim ponto de partida de qualquer pesquisa brasileira nesse tema.

² A palavra Maghreb, de origem árabe, atualmente usada para designar a região ocidental do Norte da África, significa literalmente “o tempo e o lugar do pôr-do-sol – o oeste”. Para os conquistadores árabes representava a região que era “a ilha do oeste”, isto é, a terra entre o “mar de areia” – o deserto do Saara – e o Mar do Mediterrâneo. Esta designação abrange as atuais Tripolitânia, Tunísia, Argélia e Marrocos.

³ As regiões das atuais Argélia, Tunísia e Marrocos possuem inúmeros exemplos destes contatos no período do Ferro e do Calcolítico: tumbas em forma de silos (cultura campaniforme); armas de bronze e cobre; cerâmica cardial, ricamente decoradas; tumbas cavadas em hipogeus, as chamadas haouanet, e os centenas de dólmenes conhecidos, ligados a culturas neolíticas da Península Ibérica, Sicília, Sardenha e das ilhas próximas (para uma bibliografia sobre o assunto ver Camps 1960: 127-145).

Conforme apontamos acima, desde o Neolítico, trocas culturais e mesmo econômicas ocorreram principalmente com a Península Ibérica e as ilhas da região do Mediterrâneo central. Por outro lado, durante a chamada Antiguidade Clássica, o Oriente, representado pelos fenícios, e através destes, pelos egípcios, estabeleceu um vínculo cultural permanente com os povos autóctones desta região. A chegada dos invasores islâmicos no século VII de nossa era representou, de uma certa maneira, uma continuidade de contato com o Oriente e não uma novidade. No entanto, gregos e, principalmente romanos, também ali aportaram. De fato, durante o Império Romano, todo o Norte da África, com exceção do Egito o qual representava uma unidade imperial a parte, foi transformado em províncias específicas: da Mauritânia (Cesariense, Tingitânia e Sitifensi), Numídia (Cirtensi e Militar), Africa Proconsular, Tripolitânia e Bizacene.

De colonizadores em colonizadores, os povos autóctones do Norte da África depararam-se, portanto, com fenícios, romanos, vândalos, islâmicos e, já em tempos modernos, com europeus (franceses e italianos essencialmente). Sua existência, deste modo, sempre foi pautada e analisada a partir da perspectiva do outro, do estrangeiro. Entretanto, com o advento dos processos de libertação do período pós-colonial, e com a conseqüente formação de novas identidades nacionais nos países norte-africanos, houve uma identificação e um retorno ao passado islâmico. Aspectos históricos e culturais deste passado foram, então, valorizados.

Na esteira desta reificação de uma identidade nacional islâmica, os povos autóctones norte-africanos, os chamados berberes⁴, também ganharam voz. De fato, a

⁴ O uso da palavra berbere, para descrever os habitantes indígenas da África norte-ocidental, surge no século VIII d.C. com a chegada dos árabes na região. É possível que a palavra tenha se originado de uma corruptela dos *barbari* dos romanos. Há quem acredite que o termo, num primeiro momento, designasse um único grupo organizado de forma tribal (Raven 1993: xxvii). Durante o período de ocupação colonial européia sedimentou-se como denominação dos habitantes locais originais. Apesar de poder ser considerada anacrônica foi adotada pela historiografia moderna para designar os habitantes autóctones, visto que foi este o sentido dado a ela pelos árabes e, ainda hoje em dia, é essa a designação dada aos últimos norte-africanos que mantêm tradições milenares do período proto-histórico. De maneira análoga, a historiografia denomina de Berberia o Maghreb, isto é, o Norte da África centro-ocidental, identificando três áreas distintas: Berberia ocidental (Marrocos e Argélia ocidental); Berberia central (Argélia) e Berberia oriental (leste da Argélia e Tunísia).

determinação da identidade étnica de um povo é uma criação político-social, ativada e estruturada através de estratégias discursivas dentro do próprio grupo (Hall 1997: 41). Entendemos que esta formação étnica é uma construção ditada pelas circunstâncias históricas e é de difícil percepção na cultura material. Entretanto, o pesquisador que lida com o Norte da África encontra-se absolutamente familiarizado com a existência de um grupo social específico, os já citados berberes, o qual é identificado (inclusive nos escritos contemporâneos), através de aspectos tanto culturais: lingüísticos e sociais, como também físicos, de maneira difusa, desde o chamado período proto-histórico, sempre em contraponto aos diversos povos que aportaram e dominaram o Norte da África ao longo de sua história, conforme mencionamos no início de nossa introdução.

A constituição de uma memória islâmica no Norte da África, a qual foi fruto da independência destes antigos países colônias frente ao europeu, gerou, pois, uma reação oposta à política praticada por esses mesmos europeus anteriormente, qual seja, a da recuperação do passado greco-romano destas regiões⁵. Apesar de pesquisadores renomados, como o arqueólogo Gabriel Camps e mesmo Stephané Gsell, terem realizado uma série de estudos a respeito dos povos autóctones norte-africanos durante o período de ocupação fenício-cartaginês e greco-romano, estes povos não possuíam a primazia nas pesquisas historiográficas que hoje em dia possuem. De fato, à resposta política dos países libertos do jugo europeu devemos acrescentar uma guinada profunda que ocorre no mundo da pesquisa “clássica” européia. Entre os anos 50 e 60, publicações como a de Biagio Pace, *Arte e Civiltà della Sicilia Antica* e Luigi Bernabó Brea, “Leggenda e archeologia nella protostori siciliana” (*Kokalos*), sobre os povos autóctones siciliotas, fizeram parte de uma grande onda,

⁵O período entre as duas Grandes Guerras Mundiais foi extremamente produtivo no que diz respeito à realização de escavações arqueológicas e constituição de coleções e Museus locais. Uma certa preferência pela recuperação do passado “clássico” destas terras seguia, então, os ditames da historiografia européia contemporânea.

até hoje muito forte, de recuperação da história dos povos marginais ao domínio grego e ao Império Romano.

A nossa tese de Doutorado, da qual este artigo é fruto, insere-se nesta contextualização. Ao propormos a análise iconográfica das cunhagens emitidas por dois grupos autóctones do Norte da África, os mouros e os númidas – os últimos divididos em masesilos e massilos –, entre o final do século III a.C. e a segunda metade do século I a.C., nossa preocupação permanente foi a de efetuar uma pesquisa resgatando a história do ponto de vista interno destes povos, e não a partir da ótica romana ou mesmo fenício-cartaginesa. Isso nos obrigou a avaliar o raio de ação dos documentos disponíveis (textuais e arqueológicos) como também nos obrigou a repensar as categorias analíticas que normalmente são utilizadas nas pesquisas de História Antiga. Apresentamos a seguir o resultado destas reflexões com relação a definição social dos povos autóctones e apresentamos nosso mapeamento dos referidos povos.

Tribo ou grupo indígena: estabelecendo um conceito

A imensa maioria dos pesquisadores ao tratar da Berberia utiliza o termo tribo⁶ para designar a divisão estrutural básica dessa sociedade (Whittaker 1993; Gsell 1920-1930; Euzennat 1963; e outros). No entanto, muitos têm consciência das dificuldades que o uso específico da palavra tribo acarreta (Fentress 1982: nota 13). Além de questões restritas à esfera da Antigüidade, o termo é problemático conceitualmente em razão da carga negativa a ele agregada, vinda das concepções evolucionistas do século XIX. Por exemplo, foi abolido da antropologia brasileira, onde se passou a utilizar, ao invés, o termo grupo indígena (ou grupo social), menos

⁶ Existe um consenso tênue acerca do significado antropológico do termo tribo que designaria uma organização primária, tanto no sentido histórico como social, onde as instituições políticas centrais são fracas e onde as relações de parentesco são importantes, apesar de não necessariamente se sobrepor às instituições e, por fim, onde a diferenciação social é relativamente não desenvolvida (Lewis, 1966: s.v. *Tribal society* *apud* Whittaker 1993(1978): 332). Esse mesmo termo foi muito utilizado nos estudos etnológicos acerca dos grupos berberes medievais e modernos.

carregado de significados secundários. Como já salientamos, mesmo internacionalmente existe um longo debate sobre a pertinência e as conotações da palavra tribo (Whittaker 1993: 332, notas 4 e 5), que se encontra em desuso mas não foi ainda totalmente abolida. Isto porque o uso do conceito “sociedade tribal” é preferido em relação ao de “primitivo”, que traz embutido em si a mesma carga negativa que acabamos de relacionar ao termo tribo. Entretanto, uma vez que a produção acadêmica brasileira solucionou a questão passando a utilizar o neutro conceito de grupo indígena (o termo indígena é adotado, por nós, para marcar o caráter autóctone dessas pessoas), optamos por seguir essa tendência e o adotamos também, no lugar de tribo, mas não no lugar de “sociedade tribal”, que é menos tendencioso do que “sociedade primitiva”. Deste modo, utilizamos o termo grupo indígena para designar as diferentes nomeações gregas e latinas, que aparecem nas fontes antigas, de populações que se organizaram socialmente na Berberia proto-histórica. No entanto, visto que o termo grupo indígena é mais abrangente do que o termo tribo, apresentamos a seguir algumas considerações sobre o primeiro.

14

Na Berberia da Antigüidade, o grupo indígena pode ser entendido como a formação social básica a habitar a região, seja como nômade, semi-nômade ou sedentária. Stéphane Gsell (1927, vol V.: 82-83) definia os nomes encontrados nos textos antigos gregos e latinos como sendo ou de tribos ou de povos. O termo povos era utilizado quando a referência, segundo ele, fosse para um conjunto de povoamentos unidos por laços mais ou menos estreitos. Recentemente, C. R. Whittaker (1993: 332-333) mencionou a divisão desses grupos em “segmentos ferozmente independentes, denominados por conveniência de pequenos clãs”. Estes clãs seriam compostos por diversos grupos familiares menores. Gabriel Camps (1960), em sua obra dedicada ao rei nômada Massinissa, ao discorrer sobre a proto-história da Berberia, escapa ao uso de qualquer um desses termos, preferindo referir-se a povos nômades, semi-nômades e sedentários. Camps acredita em uma unidade “étnica” (aspas nossas) dos povos berberes revelada pelos dialetos berberes, hoje em dia fracionados e separados, reduzidos a ilhas, mas todos derivados de uma antiga língua (Camps 1960: 124-125)⁷.

No entanto, essa unidade étnica⁸ não expressa unidade política, isto é, centralização do poder. Os grupos indígenas divididos em clãs, que são compostos por pequenos grupos familiares, em determinados momentos históricos, da Antiguidade até o século XX se nos lembrarmos da organização social dos touareg saarianos (Seligman, 1935: 128), admitiram relações de vassalagem com outros grupos e formaram unidades políticas maiores que constantemente variaram de tamanho. Desta maneira e em alguns momentos, um certo número de grupos indígenas e de “confederações”, oriundos destes, podem ser identificados, como no caso dos “reinos” pré-romanos masesilo, massilo, númida e mouro. No entanto, o grau de coesão das facções componentes e do próprio grupo indígena variou enormemente ao longo da História, e, segundo C. R. Whittaker (1993: 333), foi essencialmente efêmero⁹.

⁷ Acredita-se que os primeiros proto-berberes tenham surgido no Neolítico, da fusão de três culturas pré-históricas originárias da própria África e do Oriente: os ibero-maurusienses, os capsenses e os neolíticos (Desanges 1983: 429-430). Já a língua líbica, chamada de “escrita líbico-berbere” refere-se a um sistema de escrita datado do século IV a.C. até o final do período romano e encontrado em mais de mil documentos no Norte da África, no Saara e nas Ilhas Canárias. Os lingüistas são unânimes quanto à sua unidade original, que teria se subdividido em alfabetos diferentes, mas correlatos, no período histórico e que pertenceriam a grupos indígenas específicos (Galand 1989: 69). Os diversos dialetos berberes atuais são derivados dessa língua original (no Marrocos temos quase 6 milhões de falantes e na Argélia 4 milhões).

⁸Etnicidade é, como assinalamos acima, difícil de ser reconhecida nos vestígios arqueológicos. Pesquisas passadas, onde noções como decoração cerâmica foram utilizadas no reconhecimento de afiliação étnica, têm sido questionadas recentemente. Entretanto, um campo de informação empregado anteriormente pelos arqueólogos acabou sendo negligenciado nos últimos anos: o estudo das línguas. Colin Renfrew é um dos defensores da teoria que liga os grupos étnicos a áreas de línguas comuns; fronteiras étnicas e lingüísticas seriam quase sempre iguais (Bahn & Renfrew, 1991: 169). Etnicidade não deve ser confundida com raça, que enquanto existente é um atributo físico, não social. O *ethnos*, o grupo étnico, pode ser definido como “um firme agregado de pessoas, historicamente estabelecidas em um dado território, possuindo em comum peculiaridades de língua e cultura relativamente estáveis, e também reconhecendo sua unidade e diferença em relação a outras formações similares e expressando esse ponto através de um nome auto-dado” (Bahn & Renfrew, 1991: *idem*). Com relação aos berberes, sua “etnicidade” poderia ser atestada apenas a través do ponto de vista de uma escrita líbica derivada de uma língua comum e por uma denominação também comum – traduzida pela palavra grega *líbio* e pela palavra líbica MSK ; e não através de uma construção socio-política interna (com relação a este aspecto da formação da identidade étnica ver Hall 1997).

⁹Tito Lívio (XXIX, 29, 9), por exemplo, ao falar de um típico caso de sucessão mal determinada, diz: “havia uma antipatia por reis com muita autoridade” (Whittaker, 1993: 334).

Na verdade, a maioria dos nomes dos grupos indígenas autóctones da Berberia que a historiografia moderna conhece é oriunda das fontes textuais gregas e latinas. Estes nomes foram sempre apresentados, genericamente, como sendo referentes a um povo, uma *natio* (no sentido de “conjunto de indivíduos nascidos no mesmo lugar”), mas que poderiam, eventualmente, estar designando algo mais específico, uma *gens* (subentendendo-se um conjunto de pessoas que, pelos varões, se ligam a um antepassado comum, varão e livre).

Uma questão primordial para o estudo da sociedade norte-africana é entender quais categorias dessa organização social delineada acima estão por detrás dos nomes de grupos conhecidos, que denominamos grupos indígenas.

Acreditamos ser um erro considerar como referente a um agrupamento fechado e independente cada um dos nomes que a literatura e a epigrafia grega e latina, e a epigrafia púnica nos revelam. Como veremos nem sempre é possível depreender, a partir da citação, se se trata de um grupo indígena específico, um sub-grupo (clã, família, etc.), ou uma denominação maior (“confederação” ou super-grupo)¹⁰. Este tipo de questionamento teria que ser mediado pelo estudo da ocupação territorial, dos padrões dessa ocupação e do conjunto da cultura material a eles relacionados.

Dessa maneira, apresentamos as mais importantes citações textuais que mencionam os grupos indígenas berberes, acrescentando as informações provenientes da documentação material epigráfica, com o intuito de vislumbrar parte dessa organização.

A documentação

A história e a organização social dos habitantes autóctones do Norte da África pré período fenício-cartaginês é praticamente desconhecida. Os dados que possuímos sobre eles são, na sua imensa maioria, de ordem material e, mais especificamente,

¹⁰O nome getulos, como veremos adiante, é um desses casos, como é o mouro ou maurúcio e o númida. Os getulos são raramente citados enquanto *gens* getula (Salústio, *Bellum Jugurthinum*, 80, 1 – de agora em diante *Jugurthinum*). Na maioria das referências aparecem como os getulos, que habitam a Getúlia (Pompônio Mela, 1, 23; Estrabão, 17, 3, 9) (Fentress 1982: 330-331).

relacionados com a esfera excepcional da morte. Ou seja, possuímos um quadro razoavelmente completo dos tipos de túmulos e áreas de enterramento desses povos desde a sua proto-história. No entanto, as formas de ocupação espacial e a cultura material a elas relacionadas ainda não foram estudadas de maneira a formar um *corpus* documental consistente.

Eles possuíam uma língua própria, como vimos acima, que se convencionou chamar de líbica na falta de uma denominação original, mas essa língua só ganhou um formato escrito em torno do século IV a.C. após contatos mais extensos com os fenício-cartagineses e com a língua destes, o fenício, que no Ocidente ganhou traços específicos, e passou a ser denominada, atualmente pelos estudiosos, de púnico, do nome dado pelos romanos aos herdeiros desse povo semítico no ocidente mediterrâneo.

Possuímos, por outro lado, poucos textos líbicos da Berberia. A grande maioria deles são inscrições de caráter religioso, bilíngües com o púnico ou neo-púnico (forma cursiva do púnico desenvolvida após a destruição de Cartago no século II a.C.).

As fontes escritas mais próximas sobre os autóctones continuam sendo os textos de autores gregos como Heródoto, Diodoro da Sicília, Ptolomeu e Políbio, e romanos como Salústio, Tito-Lívio, Plínio, o velho, Tácito e Apiano, entre outros.

No entanto, a leitura dessas obras tem que ser feita com extremo cuidado, através da análise da coerência interna e da comparação com os dados fornecidos pelas fontes materiais. Além disso, as fontes originais utilizadas pelos autores antigos devem ser detectadas na medida do possível. A natureza dos temas narrados concentra-se em aspectos intimamente ligados aos acontecimentos militares que envolveram cartagineses e gregos, num primeiro momento, cartagineses e romanos, em seguida, por ocasião das Guerras Púnicas, e, por fim, as lutas entre os partidos romanos de Mário e de Silas, César e Pompeu, Otávio e Marco Antônio. Além disso temos obras como o *Bellum Jugurthinum* de Salústio, onde ele narra a guerra do berbere Jugurta pelo poder – guerra essa que envolveu Roma e ocorreu entre os herdeiros de Massinissa; ou então, textos acerca da convivência entre as populações locais e o poder romano, como nos *Anais* de Tácito, onde se lê sobre a revolta de Tacfarinas, líder do grupo indígena musulâmios, no século I d.C.

As exceções são poucas, mas existem. Assim, Heródoto, em um período anterior ao acirramento das agressões entre cartagineses e gregos, que ocorre no final do século V a.C., é o primeiro a escrever sistematicamente sobre os indígenas do Norte da África. No entanto, ele trata mais detalhadamente dos grupos que habitavam a parte oriental da Tunísia e a Líbia atuais. De qualquer forma, seu relato é muito interessante porque é o primeiro relato “etnográfico” que possuímos¹¹.

Geograficamente, as fontes textuais greco-romanas localizam os grupos mormente na região oriental da Berberia oriental, isto é, na costa leste da atual Tunísia. A proximidade com a colônia grega de Cirene com certeza facilitou os primeiros contatos entre gregos e autóctones. Para a profusão de nomes compilados nesta área, temos a contrapartida de uma exigüidade de outros para as áreas onde futuramente vão se formar os “reinos da Numídia e da Mauritânia”, que correspondem, grosseiramente, às regiões do atual Maghreb.

Mais além, a visão que as fontes escritas gregas e latinas nos trazem é, antes de tudo, baseada na forma de vida que essas pessoas levavam. Apresentada de forma antinômica, isto é, ou eles são nômades ou são sedentários.

18

Este tipo de pesquisa forçosamente é dependente das fontes textuais. No entanto, a documentação epigráfica, quando arrolada, foi utilizada como parâmetro essencial para a determinação da veracidade dos textos. Procurar entender a organização social de um povo a partir de uma visão estrangeira pode levar a erros graves, deste modo o procedimento inverso, isto é, partir-se dos dados epigráficos seria o ideal, entretanto, no estado atual das pesquisas arqueológicas na área, este método não é quantitativamente satisfatório. Por outro lado, os dados provenientes da análise das diferentes categorias materiais de uma cultura possibilita abordagens próprias e específicas. O conhecimento que esse tipo de documento permite é muito diferente

¹¹ Dados da arqueologia proto-histórica e relatos de antropólogos modernos foram utilizados na verificação dos comentários, feitos por Heródoto, sobre aspectos culturais dos povos berberes. O chamado “pai da História” compilou suas informações de relatos orais e de textos como os de Hecateu de Mileto, que escreveu sua obra geográfica entre o final do século VI e o começo do século V a.C. (Gsell 1927, vol.V: 82). Para maiores detalhes da comparação dos relatos de Heródoto com os dados materiais e etnográficos modernos ver Camps 1960: 17-23.

daquele construído tendo como fonte a documentação textual. A fala dos objetos, das estruturas, da organização espacial de uma sociedade é uma fala intrínseca a ela, permite uma visão global de dentro para fora, e não apenas de segmentos – como ocorre, em geral, com relação às fontes textuais. A documentação material berbere e púnica possui um atrativo ainda maior: representa praticamente a totalidade da documentação produzida por eles, a qual os estudiosos modernos puderam recuperar até o momento. Afora as inscrições – na sua imensa maioria funerárias; os grafites – especialmente na cerâmica; e as legendas monetárias, não possuímos fontes textuais diretas desses povos. A documentação textual latina do Norte da África sob domínio romano, apesar de abundante, é muito posterior ao período ora abordado.

Os pastores e agricultores de Heródoto

As primeiras indicações sistematicamente arroladas vêm de Heródoto. A maioria dos grupos indígenas que este autor grego elenca está localizada para além da Berberia oriental. A importância de Heródoto enquanto fonte textual vem de dois fatores: a primeira está centrada no fato de ser o relato de Heródoto a relação sistemática mais antiga que conhecemos – menções existem, de fato, em textos mais antigos, mas são esporádicas e fragmentárias; a segunda, diz respeito à categorização que Heródoto nos apresenta ao dividir os indígenas em nômades (pastores) e agricultores. Essa representa a primeira informação de ordem sócio-econômica de que temos notícia.

Heródoto (IV, 181, 191) descreveu a partir do Egito os: adimarquides, gilgames, asbites, ausquises, bacales, nasamões, psilos (extintos), maces, gindanos, lotófagos, maxlies e auses. Os primeiros, até os maces, habitavam a área litorânea a partir da Sirte Maior (Golfo de Sidra). Os últimos habitavam as margens do lago Tritonis¹².

¹² Tanto mencionado como lago e como rio, o Tritão ou Tritonis não pôde ser ainda bem localizado pelos historiadores e arqueólogos modernos. Três hipóteses já foram apresentadas – além de uma quarta que o situa na Cirenaica e que foi pouco considerada pela crítica moderna. Para alguns, o rio Tritão se confundiria com o atual chott el-Djerid e seu prolongamento, o oued Fedjfedj (Tunísia); para outros estaria na Bahira; St. Gsell prefere indentificá-lo com a Sirte Menor (Golfo de Gabès). Já J. Desanges não concorda com a localização que aparece em Plínio (V, 28), que situa o Tritonis

Deste modo, adotando a localização de St. Gsell (1927, vol.V: 82-83), em torno de meados do século V a.C., apreendemos que, na região anteriormente denominada Sirtes (entre a Sirte Menor e a Sirte Maior nas atuais Tunísia e Líbia), viviam, de forma nômade, todos esses grupos indígenas.

Os nasamões (Heródoto, II, 32) ocupavam inicialmente o litoral oriental deste grande “golfo”, que corresponde ao litoral da atual Líbia até a região de Barqa, e logo em seguida avançaram em direção à costa meridional, tomando o lugar dos psilos, que, então, desapareceram¹³. J. Desanges, seguindo a orientação geográfica que Heródoto apresenta, situa-os, ele também, nas costas orientais das Sirtes, mas afirma que, quando eles se distanciavam de sua zona de ocupação habitual, nos períodos de transumância, a direção que tomavam era sudeste, isto é, para o oásis de Augila (atual Aoudjila) (Heródoto, IV, 172) (Desanges 1980: 370)¹⁴.

Os maces (Heródoto, IV, 175; V, 42) tomam posse da área ocidental da Sirte Maior (Golfo de Sidra), e mais a oeste, na região onde o Cinips corre. Este rio, identificado com o atual oued Oukirré ou el-Khaâne joga-se no mar a 18 km. para o sudeste de Lebda, a antiga Leptis Magna (Desanges 1980: 258). J. Desanges acredita que os maces foram os primeiros getulos (analisados mais à frente), a travarem contato com os romanos (*idem* 367, n.4).

Mais a oeste encontra-se o território dos gindanes (Heródoto, IV, 176). Antes deste povo, os lotófagos (Heródoto, IV, 177) possuíam a área situada entre a região do Cinips e da Sirte Menor (Gsell 1918, vol.III: 131). Entretanto, na opinião de St.

próximo ao Altar dos Filelenos, no fundo da Sirte Maior. Desanges acredita que a região da Sirte Maior era por demais seca, de maneira análoga ao que é atualmente. Ele cita Pompônio Mela (I, 36) e o próprio Heródoto (IV, 178) (Desanges 1980: 270).

¹³ Heródoto (IV, 173) reproduz um conto fantasista sobre a destruição deles. Para St. Gsell o mais provável é que os nasamões os tenham subjogado e incorporado, e talvez os restantes tenham se refugiado mais para o interior (Gsell 1927, vol V: 84).

¹⁴ Utilizando-se de fontes mais tardias, J. Desanges menciona a reputação de pilhadores ferozes que os nasamões teriam entre os romanos e afirma que, sob Nero, esse grupo indígena encontrava-se totalmente submetido a Roma, pagando tributo (*idem*: 370, nota 3).

Gsell (1927, vol V: 82) este nome fora dado pelos gregos aos mesmos gindanes, pois estes, vivendo ao longo do litoral africano, alimentavam-se das frutas do lotos (jujubeira). De fato, J. Desanges assinala o uso do termo em Plínio, no genitivo: *lotophagon*, e o liga a uma fonte grega. Além disso, este mesmo estudioso bem avalia a dimensão exata desse nome ao lembrar-nos que o termo lotófago evoca simplesmente a alimentação de alguns desses grupos, feita a partir das frutas do lotos, cujas diferentes espécies crescem selvagememente em várias partes do Norte da África oriental (Desanges 1980: 267).

Retomando a distribuição espacial dos grupos indígenas apresentados por Heródoto, ao redor do grande lago Tritonis – situado na Sirte Menor – encontramos os dois últimos grupos indígenas apresentados pelo historiador grego, os maxlies (Heródoto, IV, 178) e os auses (Heródoto, IV, 180), separados pelo rio Tritão, que deságua no lago. Segundo St. Gsell (*idem*) este lago seria aquele que vemos, hoje em dia, ao fundo do Golfo de Gabès.

Heródoto (IV, 181) escreve: “Eu acabei de indicar os líbios nômades que habitam ao longo da costa marítima. Abaixo deles, para o interior, encontra-se a Líbia das feras selvagens...” (Camps 1960: 18). Desse modo, até o momento todas as indicações apresentadas foram com relação a grupos nômades. Na verdade acreditamos que esses grupos fossem semi-nômades, pois gravitavam em uma área fixa, entre o litoral e o interior das Sirtes.

Dentre os livros consagrados por Plínio, o velho, à geografia regional, a descrição da África representa apenas a décima-quarta parte¹⁵. Ao arrolar os grupos indígenas

¹⁵ As principais fontes utilizadas por Plínio, o velho, e por Pompônio Mela diferem de as de Heródoto e também não incluem o próprio historiador grego, pelo menos não diretamente. J. Desanges assume a *Dreiquellen-Theorie* de D. Detlefsen e A. Klotz (1980: 11, nota 2), segundo a qual Plínio, o velho, (no livro V da *História Natural*) e Pompônio Mela (na sua *Corografia*) teriam tido como fonte base um texto descritivo do litoral africano que incluía as medições que definiriam as primeiras divisões administrativas romanas e listas de comunidades divididas por seus estatutos. Este texto teria sido escrito na época de Otávio, talvez por M. Terêncio Varro, entre 44 e 29 a.C. Essa descrição do litoral africano teria utilizado os textos contemporâneos de Estrabão e de Salústio. As *Histórias*

dessa região, ele avança até as Sirtes, e assim repete alguns dos nomes mencionados por Heródoto, como os nasamões¹⁶. J. Desanges compara a lista de Plínio (V, 33) com a de Estrabão (XVII, 3, 23). Os nomes dos grupos indígenas mencionados por Estrabão são: marmáridas, psilos, nasamões, getulos, asbites, garamantes. A lista de Plínio inclui seis grupos: marmáridas, acrauceles (substituindo os psilos), nasamões, asbites, maces e garamantes.

A conclusão principal de J. Desanges, acerca dessa lista, é que o escritor latino reuniu essas informações de uma tabela etnográfica muito antiga, que poderia ser relacionada ao próprio trabalho de Estrabão, mas que também poderia pertencer às anotações de Posidônio (Desanges 1980: 368).

Os maces, pois, representariam os primeiros getulos conhecidos dos romanos e habitariam a região do rio Cinips. Os nasamões, que estavam localizados para o leste do território dos maces, mantinham contatos com estes no século IV a.C. (*idem*: 367-368, nota 4 e 370). Os marmáridas são os situados mais para o oriente de todos, vizinhos do Egito (Estrabão, II, 5, 33 e Plínio, V, 33)¹⁷.

do geógrafo Posidônio (c. 100 a.C.), onde ele discorre sobre a região mediterrânica, teria sido uma fonte utilizada pelo autor romano (provavelmente Varro). Posidônio, por sua vez, teria copiado páginas inteiras da *Geografia* de Artemidoro, obra com informações etnográficas. Estrabão utilizou-se do texto de Posidônio. Plínio menciona, ainda, os *Comentários* de Agripa e cita Políbio, com referência específica para as notas sobre a Maurítânia. Por fim, os resultados da expedição de Cornélio Balbo (feita entre 21 e 20 a.C. no litoral africano) teriam servido para as notas sobre a Cirenaica e as Sirtes (Desanges 1980: 11-23).

¹⁶ Plínio, o velho, (V, 33) afirma que os gregos chamaram os nasamões de *Mesammones* (mesamões) em razão de serem localizados em meio a terreno arenoso, na região da Sirte Maior. No entanto, o próprio J. Desanges não valoriza essa opinião, pois concordando com St. Gsell, ele acredita que o termo nasamões seja líbico. A proposta de tradução do termo, a partir da raiz líbica *mes/mas*, como “filhos de Amon”, não foi bem aceita entre especialistas da escrita líbica. Há quem acredite em uma etimologia semítica (“os homens de Amon”) ou até egípcia (“as pessoas do sul de Amon”) (Desanges 1980: 370).

¹⁷ Os marmáridas, cujo território se estendia para o interior, na opinião de J. Desanges, teriam estado em contato com os nasamões, localizados, por sua vez, ao longo da Sirte Maior, e com os garamantes do deserto. Estrabão (XVII, 3, 23) situa esse último grupo indígena mais ao sul. Floro (II, 31) menciona combates, na época de Augusto, que P. Sulpicius Quirinius teve que travar com os marmáridas e os garamantes (Desanges 1980: 369).

Os garamantes são mencionados por Heródoto (IV, 183) como guerreiros que se utilizavam de carros: “Os garamantes caçam os etíopes trogloditas com carros puxados por quatro cavalos”. É exatamente esta a imagem que vem das numerosas pinturas e gravuras de carros do Fezzan e do Tassil des Ajjer, do Grande Atlas marroquino, da Mauritània atual e de inúmeras regiões saarianas (Camps 1960: 21).

Estas imagens recuperadas pela Arqueologia são tão numerosas e estão localizadas tão regularmente que verdadeiras rotas saarianas foram demarcadas tendo-as como base. Uma dessas rotas atravessava o Fezzan, a antiga região dos garamantes, garantindo as relações entre o Mediterrâneo e a região de Niger.

De qualquer forma, Heródoto (II, 32) situa os garamantes no que seria uma terceira zona, ao sul das Sirtes e a leste da Líbia dos agricultores, ou seja, nas proximidades do deserto¹⁸. Os garamantes eram poderosos, Plínio (V, 34) menciona sua hostilidade para com a expedição de L. Cornélio Balbo em 21 a.C., e Tácito (*Anais*, III, 74, 3 e IV, 50) reporta seu auxílio a Tacfarinas, no século I d.C. Afora a imagem de guerreiros que nos chegam a partir dos relatos textuais e das imagens rupestres, os trabalhos de Charles Daniels, que durante 19 anos escavou sistematicamente a área garamante, revelaram importantes dados acerca da evolução interna desse grupo e, principalmente, demonstraram que eles não eram nômades, pois possuíam cidades importantes como Zinhecra, Germa ou Garama (atual Djerma) e um entreposto em Saniat Gebri¹⁹.

¹⁸ Heródoto (IV, 183) os localizava a dez dias de caminhada do oásis de Augila (atual Aoudjila, Líbia, local onde grupos semi-nômades como os nasamões levavam seus animais). Os garamantes ocupavam uma vasta região arenosa que se estendia de Tebas, no Egito, até as Colunas de Hércules (atual estreito de Gibraltar). Já Estrabão (XVII, 3, 19) os situava a quinze dias de marcha do oásis de Amon (Syouah). Ou seja, para o sul da região dos semi-nômades de Heródoto, da região das Sirtes. O estudioso R. Rebuffat acredita que os garamantes controlassem as rotas em direção a Audjila e a Syouah, dois locais importantes tanto cultural como economicamente. (*apud* Desanges 1980: 251).

¹⁹ Djerma fica a 900 Km. de Audjila e a apenas 3,5 Km. de Zinhecra. Resultados preliminares das escavações ali conduzidas, que exploraram além das cidades toda uma rede de oásis próximos, têm demonstrando, por parte dos garamantes, um uso da terra perfeitamente adaptado às condições de vida locais.

Acreditamos ser mais plausível a idéia que os garamantes fossem uma “confederação”, dada a extensão territorial de sua ocupação e a importância de sua cultura material revelada pelas escavações arqueológicas. O próprio nome “garamantes” fornece indícios para crermos na segunda hipótese. A palavra garamantes (=ag german) significaria pessoas dos vilarejos (ou dos Ksours – “mercados”). Garama e garamantes ligam-se à raiz GRM, “agerem”, que pode ser traduzida por aglomeração, burgo ou vilarejo (Camps 1960: 154). As ligações entre esses grupos que apenas vislumbramos, nos traz indícios de uma rede de contatos organizada²⁰.

A oeste da área dos auses, isto é, já na Berberia oriental, Heródoto (IV, 187 e 191) menciona outros grupos indígenas, dedicados à agricultura e que moram em casas. Ele afirma: “Mas no poente do lago Tritonis²¹ os líbios não são mais nômades e não possuem os mesmos costumes... são os líbios cultivadores... eles possuem casas e são chamados de maxies”. Muito provavelmente estes indígenas, os maxies, devam ser localizados na mesma área dos grupos semi-nômades relacionados acima. Isto é, habitavam a Tunísia ao longo do lado oriental.

Junto com os maxies temos também citados os zauéces e os gizantes. Heródoto (IV, 194) diz que, de maneira análoga aos primeiros, os outros dois também dedicam-se à agricultura e moram em casas. No território dos gizantes estava situada uma montanha, que St. Gsell identifica com a cadeia da Zeugitânia, acima da planície de Enfida. Desta maneira, alcançamos a região que fará parte do território cartaginês primeiramente; e, após 146 a.C., da província romana Africa Vetus (Heródoto IV, 191, 193 e 194, respectivamente) (Gsell 1927, vol.V: 83).

²⁰ Plínio, o velho, (V, 31) menciona um oráculo de Amon, a c. 500 km. de Cirene, no oásis de Syouah, na Líbia atual. Pseudo-Cílix assinala um santuário de Amon próximo às *Arae Philaenorum*, isto é, na fronteira entre o território grego e o púnico, na Líbia atual (*Périplo*, 109, *G.G.M.* I: 85). Conforme visto, o nome “nasamões”, que se supõe líbico, estaria ligado ao nome da divindade. Podemos aventar a hipótese que este local funcionasse como um centro sagrado, ponto de encontro de povos semi-nômades. Os garamantes, habitantes do interior oriental, mantinham trocas constantes com as populações estrangeiras da região das *emporía*, particularmente com Oea (Manfredi 1994: 110).

²¹ Isto é, ao norte devido à orientação incorreta atribuída à costa a partir dos territórios cartagineses (Camps 1960: 19).

Os maces, os maxies e os nasamões, dos povos citados por Heródoto, reaparecem nas fontes relativas a períodos mais recentes. Todos continuam a habitar as costas orientais e meridionais das Sirtes, ao menos até o fim do século I d.C. (Diodoro, III, 40, 1 e 49, 1; Ptolomeu, IV, 3, 6 p.642 e IV, 6, 6 p.746²²; Estrabão, XVII, 3, 20; Plínio, o velho, V, 33 e 34). Com relação aos maces temos o relato do Pseudo-Cílix (*Périplo*, 109) sobre seu modo de vida, que acreditamos ser mais condizente com o semi-nomadismo: no verão eles retiravam-se da zona litorânea da Sirte Maior e dirigiam-se para o interior, onde encontravam fontes de água para seu rebanho (Desanges 1980: 376).

Outros nomes de grupos indígenas chegaram até nós através de citações posteriores a Heródoto e anteriores a Plínio, o velho, e Pompônio Mela: os erébidas, os mimaces e os mindones (Gsell 1927, vol. V: 84-85). Eles são citados por Filistos, o siracusano, que escreveu em torno da primeira metade do século IV a.C., e por Éforo, contemporâneo de Filistos²³. A região ocupada pelos erébidas é situada, de maneira análoga à dos grupos anteriormente citados, entre as duas Sirtes (Gsell 1918, vo.III: 85), isto é, na área nômade de Heródoto. Quanto aos outros dois grupos, os mimaces e os mindones, não possuímos mais nenhuma informação sobre eles.

25

A Berberia dividida entre mouros e nômadas

Retomando, em sua obra Heródoto divide os grupos indígenas que apresenta a partir do seu modo de vida. Assim, primeiramente ele relaciona os grupos nômades da Líbia oriental, cujas principais denominações procuramos apresentar aqui. A esta região o historiador grego opõe a Líbia habitada pelos cultivadores, que é montanhosa, arborizada, etc.

²² O modo de vida semi-nômade dos maces explica porque Ptolomeu os localiza tanto na África como no interior da Líbia atual.

²³ Filistos e Éforo são citados por Estevão de Bizâncio, *Frag. hist. Graec.*, I, p.188, n.33 (*apud* Gsell 1927, vol.V: 84).

Uma região arborizada e montanhosa aplica-se a todo o Norte da África, e não apenas aos territórios cartagineses do Sahel (“litoral”), que são áreas planas. O lago Tritonis é, portanto, para Heródoto, um limite geográfico importante, e marca a separação entre os nômades e os cultivadores, habitantes de moradas fixas.

O relato que Diodoro da Sicília²⁴ (XIII, 80 e XX, 38-39 e 55-57) faz da expedição do tirano de Siracusa, Agátocles, a África, no final do século IV a.C., menciona diversas vezes os nômades, povos indígenas vizinhos do território cartaginês, que os latinos passaram a chamar de *numidae*. Os fatos que ele relata dizem respeito a combates de Cartago contra esses povos, em razão desses terem se aproveitado do enfraquecimento do controle cartaginês causado pelos ataques dos gregos siciliotas na Berberia oriental. Neste relato aparecem dois nomes específicos: os zufônes (XX, 38, 2) e os asfodélodes (XX, 57, 5). Os primeiros habitavam a Dorsal tunisiana, isto é, o centro da Berberia oriental (Camps 1960: 36). Já os asfodélodes Gsell situa no nordeste da Argélia, parte ocidental da Berberia oriental (Gsell 1918, vol. III: 50-51 e 1913, vol. I: 303-304). Diodoro (XX, 57) refere-se a eles mencionando que se pareciam com os etíopes, pela cor de suas peles. De fato, pesquisas arqueológicas têm revelado que, desde o período Capsiense (7.000 a 4.500 a.C.), elementos com afinidades negróides participaram do povoamento da África. Somente com o estudo mais preciso dos esqueletos encontrados em sepulturas megalíticas, púnicas e romanas, no Norte da África, será possível afirmar com mais certeza acerca da proporção de elementos humanos do tipo negróide nesta região, na Antiguidade, como o texto de Diodoro dá a entender²⁵.

²⁴ Diodoro da Sicília, autor grego do século I a.C., teve como fontes Timeu (séc. III a.C.) e Posidônio (c. 100 a.C.).

²⁵ A presença de homens de pele escura – os etíopes dos gregos – na maior parte dos oásis do Saara, no Fezzan e ao longo da vertente saariana do Atlas, durante a Antiguidade, é considerada por J. Desanges (1980: 433) como “uma lembrança viva da unidade africana original”. Ou seja, remonta ao primeiro período neolítico, antes que o fim da umidade (3000 a.C.) separasse, com o cinto do Saara, o norte da África do resto do continente. Ainda assim, pesquisas de Antropologia Física revelaram que apenas a quarta parte dos esqueletos desse período poderiam ser do tipo negróide, sendo que mais de 40% dos esqueletos não

Na tradução grega, copiada por Políbio (III, 33, 15), de uma inscrição bilíngüe, grega/púnica, que o general cartaginês Aníbal teria dedicado no templo de Hera Lacínia, situado a poucos quilômetros de Crotona, na costa meridional da Itália, os cartagineses apresentam os povos africanos, isto é, os grupos indígenas, que faziam parte de sua cavalaria em 219-218 a.C., por ocasião da IIª Guerra Púnica: os lergétes e, entre os númeridas, os massilos, os macões, os masesilos e os maurúsios. Dois outros grupos númeridas, os areácidas e os micatanos, nos são apresentados por Diodoro da Sicília (XXVI, 23) quando este autor trata da Guerra dos Mercenários, ocorrida após a Iª Guerra Púnica. Os estudiosos modernos ainda não encontraram os territórios de todos esses grupos (Gsell 1927, vol.V: 85; Jodin 1987: 214). Os micatanos, no entanto, são mencionados por Diodoro como participantes da rebelião contra o poder cartaginês na Berberia, e os areácidas teriam colocado um dos seus chefes à disposição de Aníbal, enquanto o general cartaginês se encontrava em Hadrumeto, em 203 a.C. (Apiano, *Lib.*, 33; Gsell 1918, vol.III: 251). A partir desse momento, nos encontramos nas regiões onde se formarão os “reinos” indígenas dos númeridas e dos mouros.

Como explicitado desde o início, já em Heródoto (IV, 181, 186-188, 190-192) temos a divisão dos indígenas entre pastores: *nomades*, e cultivadores: *agrotères*. Apesar de ter sido empregado com este mesmo sentido, isto é, o de pastores, por outros autores como Hecateu e Píndaro, o termo nômade tornou-se também um nome próprio: *numidae*. Políbio (I, 19, 3; I, 31, 2; I, 65, 3; III, 15) usa a palavra *nomades*, como também autores gregos posteriores (Diodoro da Sicília, XIII, 80, 3; XX, 38-39; etc.²⁶). Os autores latinos utilizam o termo *numidae* (Salústio, *Jugurthinum*, V, 1 e 4; VI, 3; Tito Lívio, XXI, 22, 3; XXI, 29, 1; etc.). Deste modo, com exceção dos habitantes do território cartaginês, depois província Africa, que eram denominados

apresentam nenhum traço negróide (é importante não confundir traço negróide com pele negra, as únicas evidências que possuímos quanto à cor da pele vêm dos relatos textuais antigos). Por outro lado, são mencionados, do mesmo modo, povos de raças intermediárias – melano-getulos ou leuco-etíopes – notadamente na obra de Ptolomeu (*Geografia*, IV, 6, 5: 733), mas há a hipótese, extremamente interessante, de esses relatos referirem-se à pintura corporal e não a uma suposta miscigenação (*idem*: 435).

²⁶ No entanto, nesses casos o termo *nomades* possui o sentido do númerida latino em razão da localização desses grupos.

libyes e *afri*, todos os outros indígenas do Norte da África foram chamados de *nomades* ou *numidae* (Diodoro da Sicília XX, 55, 4; Salústio, *Jugurthinum*, XCI, 4 e 6) (Gsell 1927, vol.V: 118), mas sem o sentido cabal de nômades, dessa maneira se diferenciando dos grupos indígenas apresentados por Heródoto, com exceção dos zauéces, maxies e gizantes, pois estes últimos habitariam igualmente a área de atuação cartaginesa e seriam cultivadores²⁷.

Entretanto, o nome “númida” acabou tendo um sentido ainda mais restrito. Os getulos, habitantes do interior, nas franjas do deserto, e os mouros²⁸, do norte da Berberia ocidental, foram diferenciados dos númeridas nos textos do próprio Salústio (*Jugurthinum*, XIX, 4-5, 7; LXXX, 1 e 6) e de Diodoro da Sicília (XIII, 80, 3), mas também em outros autores (Justino, XIX, 2, 4; Estrabão, II, 5, 33). Os númeridas, então, são os habitantes da costa situada entre o reino mouro e a província cartaginesa, ou seja, entre a Berberia ocidental e a Berberia oriental, e a Numídia (*Numidia*) corresponde, de acordo com as oscilações das fronteiras, a essa região²⁹. Pompônio Mela (I, 30) estendia a Numídia do Moulouia até o el-Kebir, isto é do Molochath até o Ampsaga³⁰. Sendo que em uma

²⁷ Entretanto veremos adiante que, do pouco que é possível depreender da comparação entre as fontes escritas e epigráficas, os modos de vida desses grupos númeridas estavam mais próximos do semi-nomadismo do que do sedentarismo.

²⁸ Como veremos a seguir o nome mouro se confunde com o termo maurúcio, que é apresentado por Políbio como sendo númerida. Tito Lívio também designa os maurúcios como númeridas (XXIV, 49, 5).

²⁹ A Numídia, em época romana, tinha por limite oriental Annaba e Theveste, e ocidental a foz do el-Kebir e os vales que lhe seguiam. Uma existência efetivamente oficial, enquanto província romana independente, só ocorre a partir do século III d.C. Antes disso, funcionou como o quartel-general da única legião romana estacionada na África, a IIIª Augusta (Albertini, 1937: 17). No período pré-romano, podemos entender a Numídia como a região entre o “reino” mouro e o território cartaginês. As fronteiras dessa região, como assinalado, foram extremamente móveis.

³⁰ Utilizando as fontes textuais gregas e latinas, St. Gsell (1927, vol.V); J. Carcopino (1943: 29); G. Camps (1960: 167) estabeleceram como fronteira entre os númeridas e os mouros o oued Moulouia. No entanto, um estudo posterior, de P. G. Walsh (1965: 151-154), que analisou as inscrições relativas ao culto das divindades *Ceres* na região númerida (este culto foi propagado pelos “reis” númeridas), estabeleceu uma nova fronteira ocidental mais a leste do Moulouia, no oued Soumam (antigo Sava) (essa fronteira é adotada por J. Lassère 1977: 49 e Amandry, Burnett & Ripollès RPC: 704). No entanto, acreditamos que esta questão esteja ainda em aberto, portanto, optamos por nos referir aos dois rios quando mencionarmos a fronteira ocidental dos númeridas.

segunda passagem (I, 33) o limite oriental deixa de ser o rio Ampsaga para ser o promontório Metagônita (atual Cabo Bougaroun, na Argélia).

De fato, acabamos de mencionar rapidamente os três grandes grupos indígenas que serão tanto os mais citados quanto os mais conhecidos desde a Antiguidade. Já nesse período eles foram reconhecidos como super-grupos ou “confederações” maiores, que incluíam diversos grupos indígenas menores na sua composição. São os númidas, situados ao longo da Berberia central e da oriental; os mouros, localizados na Berberia ocidental; e os getulos. Estes últimos, tratados mais adiante, ocupavam a região meridional da Berberia ocidental e central. Um quarto povo, menos citado, os garamantes, já mencionados, são um caso à parte, visto que sua área de atuação está situada para além dos limites meridionais e orientais da Berberia, pois habitavam a região estépica ao sul, em sua porção oriental, isto é, na continuação latitudinal dos getulos, mais especificamente do Fezzan tunisiano, na Berberia central, até as Sirtes.

Acabamos de ver que, ao longo dos séculos, estes nomes de povos tiveram acepções diferentes. Os gregos por muito tempo chamaram de númidas todos os africanos não súditos de Cartago, reservando o nome líbios para os indígenas que habitavam o território submetido. No entanto, com respeito às populações líbias mais ocidentais, atualmente, nós as chamamos de mouros, mais do que de númidas. Essa distinção só se tornou definitiva quando os romanos descobriram a existência de um “reino” indígena no atual Marrocos, isto é, na Berberia ocidental, o que ocorreu na época de César (*Bellum Africum*, III, 1; VI, 3; VII, 5; LXXXIII, 3). Artemidoro, no século II a.C., considerava ainda como númidas os líbios que habitavam as imediações das Colunas de Hércules (atual Estreito de Gibraltar) (Estrabão, III, V, 5). Entretanto, talvez seja possível perceber que a distinção entre númidas e mouros fosse mais antiga e local se admitirmos, como se faz geralmente, que o nome mouro não fosse nada além do que uma simples designação geográfica de origem fenícia. De fato, nos tempos de Aníbal, o uso desse nome era corrente; pois, como acabamos de ver, ele figurou na inscrição bilíngüe que o general cartaginês gravou na Itália, em Crotona, sob a forma grega de maurúsio (Políbio, III, 33, 15). A partir do século XVII, passou-se a explicar a origem do nome mouro por uma contração de um termo

semítico: māhaurim, que traduziria “os ocidentais” (Camps 1960: 148). Os fenícios teriam dessa maneira qualificado as populações da Berberia ocidental (Gsell 1913, vol.I: 335). No entanto, G. Camps (1960: 149) acredita que esta teoria não explica, linguisticamente, a existência de uma sibilante no nome grego maurúsio, mais antigo do que a forma latina mauri (mouros)³¹.

Por outro lado, St. Gsell (1927, vol.V: 89) afirma não haver razão contumaz o suficiente para podermos rejeitar a asserção de Estrabão (XVII, 3, 2), que atribuiu uma origem indígena para o nome mauri³². Plínio, o velho, (V, 17) escreve que, entre os grupos indígenas da Mauritânia Tingitânia (oeste da Berberia ocidental), o principal era o dos *mauri*, isto é, a *gens mauri*. No entanto, de acordo com este autor (V, 17) guerras haviam reduzido esse grupo a poucos clãs, e o nome da província romana de Mauritânia derivaria desse grupo. Para tentar apoiar esses textos, alguns autores passaram, então, a procurar uma origem berbere para o nome dos mouros. No entanto, as explicações até hoje levantadas não foram admitidas pela crítica acadêmica³³.

³¹ Estrabão (XVII, 3, 2): “Ali habitam os maurúsios, segundo a nomeação grega, os mouros, segundo a nomeação romana”. Desse nome surgiu a denominação geográfica Maurúsia, em grego (Estrabão, II, 3, 4; Plutarco, *Sertorius*, 7) e *Mauritania* em latim – Mauritânia – (Vitrúvio, *De Archit.*, VIII, 2, 16: “na Maurúsia, que os nossos chamam de Mauritânia...”; Salústio (*Catil.*, XXI, 3) (Gsell 1927, vol.V: 88). Portanto, foi somente nos tempos de Augusto que esta região foi oficialmente denominada de Mauritânia. Já o epíteto Tingitânia, referindo-se à Mauritânia ocidental, surge apenas na época dos Flávios (69-96 d.C.) (Jodin 1987: 25).

³² J. Desanges acrescenta força à teoria de St. Gsell ao afirmar que a palavra *maurusii* teria origem na mesma raiz, à qual se adicionou um sufixo étnico, que aparece constantemente na Berberia antiga: os *gedalusii* (*Tábula de Peutinger*, segm. II, II, 5), os *koidamousioi* (Ptolomeu, IV, 2, 5: 604), os *maxousioi* (*idem*: 602), entre vários outros exemplos (Desanges 1980: 144, nota 4). De fato, *Maurusius* é ainda encontrado, enquanto sobrenome, em Sétif, em 226 d.C., *Corpus Inscriptionum Latinarum*, de agora em diante *C.I.L.*, VIII, 8501 (*apud* Camps 1960: 149, nota 8).

³³ O autor alemão Rinn assimila-o a um radical *our*, que é encontrado no nome do Djebel Amour, e que expressaria montanha. Os mouros seriam, então, os montanheses, isto é, os sedentários, em oposição aos pastores, tradução do nome núnida que Rinn utiliza. Outros ligaram o nome dos mouros ao nome atual (e antigo) do Maciço de Aurès (Aoures, *Aurasius*), na atual Argélia. A sibilante da palavra grega seria então explicada (Camps 1960: 148), mas por outro lado, teríamos uma localização geográfica desse grupo muito distante daquela mormente aceita.

De qualquer forma, podemos afirmar com segurança que os mouros ou maurícios originais, os que foram citados por Plínio, o velho, enquanto grupo indígena, habitavam a região da Berberia ocidental. Deste modo, a leste dos mouros, e até a vizinhança de Cartago, viviam os númeras.

Mencionamos acima que, na época romana, o nome númera foi usado para designar somente alguns grupos indígenas da Argélia e da Tunísia³⁴. Pois, com o tempo, os mouros haviam dado o seu nome para todas as populações da Argélia até o oued el-Kebir (Ampsaga), em seguida à cessão da Numídia ocidental (atual Argélia), antiga região da Masesília, a Boco, “rei” dos mouros, no final do século II a.C. (Camps 1960: 148). A Masesília (*Masaesyliæ*) é designada como a região do grupo indígena masesilo, considerado númera por Políbio. Permanece corrente durante um certo período enquanto designação geográfica (Estrabão, XVII, 3, 6, 9, 12, 20; Plínio, o velho, X, 22) (Gsell 1927, vol.V: 86), mas à época romana cai em desuso. Plínio, o velho, (V, 17) assinala que o grupo indígena dos masesilos havia desaparecido em meio às guerras travadas contra os mouros, seus vizinhos na Tingitânia e que seu território havia sido ocupado pelos getulos. Para Gsell significa que os masesilos saíram do Marrocos para conquistar a Argélia. Ali criaram o “reino” do masesilos (Gsell 1927, vol.V: 86).

Por outro lado, o nome dos mouros não cessa de se estender por toda a Berberia até o final dos tempos antigos, terminando por adquirir um sentido particular: o de berberes não romanizados. Na Idade Média, a mesma palavra vai servir para designar todos os muçulmanos do Ocidente (Raven, 1993: xxvi-xxvii)³⁵.

³⁴ Um povoamento muito importante continuava existindo ao redor de Thubursicu Numidarum (na Berberia central) – *C.I.L.*, VIII, 4884; *C.R.A.I.B.L.*, 1904: 479 e 484. St. Gsell acreditava que o grupo indígena originariamente denominado númera, de quem a denominação geral derivou, habitasse essa região desde época proto-histórica até a época romana (Camps 1960: 251). Um outro grupo *numidae* existia na região de Bordj Medjana, cujo território foi delimitado em 137 d.C. – *C.I.L.*, VIII, 8813, 8814, 8826. Uma inscrição de Zouarine – *C.I.L.*, VIII, 16352 menciona númeras. Um bispado nomeado Númera é designado como donatista na lista da conferência de 411 d.C., na Mauritânia Cesariense – P. Mesnage, *Le christianisme en Afrique. Origine, développement, extension*: 525 (apud Camps 1960: 149).

³⁵ De fato, a transformação do nome *mauri* já ocorre em época romana tardia. Lucano, IV, 678; C. Sílio Itálico (*La Guerre Punique*, II, 439); Juvenal (V, 54); e outros impõem sem discernimento a noção *nigri mauri*, retomada no século VI d.C. por Procópio (*Bell. Vand.*, II, 13, 29: *melanokroii*) que os qualifica de “gente de cor negra” (Jodin 1987: 27).

Assim, admitindo a localização original na Berberia ocidental para os mouros, os númeridos foram aqueles que ocuparam, entre o território desses e o de Cartago, a parte oriental da Berberia ocidental, a Berberia central e uma pequena porção, a oeste, da Berberia oriental. No final do século II a.C., com o avanço do super-grupo mouro até o Ampsaga (el-Kebir), podemos visualizar duas hipóteses: estes tomaram o lugar dos númeridos, empurrando-os em direção oriental, ou co-existiram ambos os super-grupos; pois, mesmo estando correta a afirmação da existência original de um pequeno grupo indígena denominado númerido, este termo passa a denominar diversos grupos distintos de uma mesma vasta região desde um período muito recuado (século V a.C., se pensarmos nos *nomades* de Heródoto e século III-II a.C., se pensarmos em Políbio e suas fontes).

A relação dos grupos indígenas atuando nos exércitos de Cartago, já mencionada, que Políbio copiou de uma inscrição bilíngüe cartaginesa, qualifica uma série de grupos indígenas como númeridos – Diodoro da Sicília faz o mesmo ao relatar a Guerra dos Mercenários. Retomando, são eles: os já citados masesilos, os massilos, os maurúsios – ou seja, os mouros –, os macões, os areácidas, e os micatanos.

Destes povos, foram os três primeiros que formaram os grupos maiores dos númeridos e dos mouros. No século III a.C., os outros númeridos, de maneira geral, eram “súditos” dos masesilos e dos massilos – com exceção dos maurúsios/mouros (Gsell 1927, vol.V: 110). De fato, os masesilos e os massilos são denominados “reis” (*rex, basileus*) dos númeridos nas fontes escritas (Tito Lívio, XXIV, 48, 2; Políbio, XXXVI, 16, 1; Salústio, *Jugurthinum*, V, 4; Justino, XXXIII, 1; etc.). Isto é, são denominados “reis” dos outros grupos indígenas da região. Alguns dos nomes desses grupos já foram apresentados aqui: zufônes, asfodélodes, macões, areácidas e micatanos. Após a queda do “reino” masesilo frente aos massilos, estes últimos estendem seu poder de Thabraca (atual Tabarqa) – na Argélia – até o Soumam ou Moulouia – no Marrocos. Esta região é, então, a já mencionada Numídia (Gsell 1927, vol.V: 108). Como vimos acima os massilos primeiro perdem a parte ocidental dessa Numídia – do Moulouia (antigo Molochath) ou do oued Soumam até o el-Kebir (antigo Ampsaga) –, anexada ao “reino” mouro de Boco, no final do século II a.C.,

e, posteriormente, perdem o restante, a parte oriental, na segunda metade do século I a.C., com a criação da província romana Africa Nova.

Vimos que Plínio, o velho, (V, 17) assinala a presença do grupo indígena masesilo (*masaesyli*) perto dos mouros, na Berberia ocidental, região do Estreito de Gibraltar. Essa localização tão para o oeste não é aceita por todos. No entanto, St. Gsell (1927, vol.V: 86) e J. Desanges (1980: 145-146) acreditam ser possível confiar na informação do autor latino, pois foi encontrada na região de Anjra (interior de Tétouan, no Estreito de Gibraltar), mais precisamente em Jarda, uma inscrição do final do século II – começo do século III d.C., na qual consta uma menção aos *masaisuli*³⁶. Esta inscrição, redigida em nome de um morto, Tacneidis, por seus herdeiros, apresenta-o como sendo um masesilo: *d(is) m(anibus) s(acrum) / Tacneidis / Securi (filius) / ex Masaiculis vixit / annos xxxv*. Acreditamos ser possível que os masesilos tivessem por habitat original a região mais ocidental da Berberia e que, com as movimentações costumeiras dos semi-nômades³⁷, acabaram por se fixar na parte ocidental da região que podemos generalizar como sendo dos númidas: entre o Moulouia ou Soumam e o Cabo Bougaroun/ Ampsaga.

Com relação aos massilos, Isidoro de Sevilha (*Etym.*, IX, 2, 123) menciona, na região da Berberia ocidental, entre o maciço do Atlas e o mítico Jardim das Hespérides (no Estreito de Gibraltar), uma cidade denominada Massília, de onde os massilos haviam tirado seu nome (Carcopino 1943: 286). Há uma fonte (Hegesianax 11, *Fragm. hist. Graec.*, III: 70) que assinala tanto a existência do grupo indígena massilo quanto de seu “rei”, já na Iª Guerra Púnica. Plínio, o velho, (V, 30) também

³⁶ L. Galand, *Inscriptions libyques, in Inscriptions antiques du Maroc*, Paris, 1966, Tétouan n.1, *Recueil des inscriptions libyques (R.I.L.)* 882: 37-40, plancha I, 1. Trata-se de uma inscrição bilíngüe: latim e líbico, encontrada em 1930 (*apud* Desanges 1980: 145, nota 5).

³⁷ Lembramos que os masesilos são incluídos entre os númidas por Políbio. Diversos autores antigos mencionam as *mapalia*, choupanas de esteiras trançadas (como as dos asfodéloides), com formatos diferentes e que existiam tanto em modelos transportáveis como fixos. Plínio, o velho, (V, 22) fala que os númidas eram chamados pelos gregos de nômades, porque eles mudavam constantemente de pastagem, transportando com eles suas *mapalia*, isto é, suas casas, sobre carros (Desanges 1980: 189).

os identifica primeiramente enquanto grupo indígena. Este grupo teria crescido e englobado outros grupos, de maneira análoga aos masesilos e aos mouros. J. Carcopino (1943: 285), seguindo St. Gsell (1918, vol.III: 175-177), os situa entre o Cabo Bougaroun e os limites do território cartaginês. Isto é, na fronteira entre a Berberia central e a oriental, portanto, no extremo oposto do Estreito de Gibraltar. Massinissa foi o mais famoso representante do povo massilo. J. Desanges propõe como centro do “reino” massilo a região do djebel Fortas, ao sul da cidade argelina de Constantina, antiga Cirta (Desanges 1980: 335). O Medracen, grande mausoléu númera entre Aïn Yagout e El Mader, na região de Batna (sudoeste de Constantina), área dos númeras massilos, possui uma datação de 330 a.C.³⁸. Foram encontrados diversos documentos epigráficos que assinalam o cognome *Mas(s)ul*³⁹ nessa região.

Entre os poetas latinos registra-se o adjetivo *massylus* (por vezes *massylius* ou *massyleus*) para aplicá-lo, de maneira geral, aos homens e às coisas da África (Virgílio, *Eneida*, IV, 132 e 483; Lucano; Sílio Itálico, XVI, 258 *apud* Gsell 1927, vol.V: 87).

A palavra númera, de construção ternária, possui um aspecto semítico, devido talvez aos diferentes sistemas de transcrição. Duas inscrições bilíngües, latino-púnica e latino-líbica, nos deram dois nomes diferentes correspondentes ao *numida*. Na primeira, descoberta em Guelaâ-bou-Sba, o texto neo-púnico traz o nome de Tisdat, filho de Metatis, filho de Gautal, o NGRY....; o texto latino diz: *Rufus, Metatis filius Num(ida?)*⁴⁰. Se admitirmos o desenvolvimento *Num(ida)*, somos tentados a dar o mesmo significado para o termo púnico “NGRY”. Ora, este étnico é conhecido em

³⁸ Essa datação foi conseguida com a medição do C14 residual de pedaços de madeira (cedro), cf. G. Camps, “Nouvelles observations sur l’architecture et l’âge du Medracen, mausolée royal de Numidie”, *C.R.A.I.B.L.*, 1973: 510 (*apud* Desanges 1980: 335-336, nota 7). J. Desanges acrescenta ser possível estimar uma datação ainda mais antiga, de c. 400 a.C.

³⁹ *C.I.L.*, VIII, 8296; 11310 e 11311; *Bulletin archéologique du comité des travaux historiques et scientifiques (B.A.C.)*, 1894: 346; *Recueil des notices et mémoires de la société archéologique de Constantine (R.S.A.C.)*, LXIII, 1935-1936: 76 (*apud* Desanges 1980: 335, n.2).

⁴⁰ Esta inscrição tem sido muito estudada: *C.I.L.*, VIII, 17467; *Inscriptions latines de l’Algérie (I.L.Al.)*, St. Gsell (org.), Paris, 1922, vol.I: 446; J. B. Chabot, *Journal Asiatique*, 1917: 23; Février, J. G., “Sur la bilingue de Guelaa bou Sba”, *B.A.C.*, 1951: 38-43 (Camps 1960: 151).

cerca de meia dúzia de inscrições líbicas sob a forma “NGRH”. Estas inscrições estão situadas entre Duvivier e Souk-Ahras, isto é, em uma região essencialmente húmida, entre os Alpes Numidicae e Thubursicu Numidarum (próxima a Collo, antiga Chullu, na Argélia).

No entanto, quando examinamos a outra inscrição bilíngüe (*R.I.L.*, n.85 *apud* Camps 1960: 150), latina-líbrica, o ceticismo quanto a correlação húmida-NGRH surge. Descoberta em Dar Tabela, perto de Ouchtata, ela apresenta para a palavra latina *N(umida)*, a correspondente líbrica “NBIBH”, que é bem diferente da “NGRH” vista acima. O étnico “NBIBH” é bastante conhecido a partir de outros documentos encontrados na localidade de La Cheffia (na fronteira entre a Berberia central e a oriental), onde aparece em 15 inscrições (analisadas adiante, pois o termo está ligado a um grupo indígena específico, os misiciri).

Assim é que não cremos ser possível estabelecer ainda qual a hipótese mais precisa. G. Camps (1960: 152) pensa que mesmo não se conhecendo nem o nome púnico nem o líblico que corresponda ao latino numida, não haveria razão para acreditarmos que este último tenha sido derivado do *nomades* grego. Se os romanos tivessem se apossado dessa nomenclatura a partir do grego eles a teriam integrado ao sistema imparisilábico da 3ª declinação (*idem*: 153). Se os latinos chamaram de *numidae* os mesmos povos que os gregos, ambos em razão de um trocadilho, que os batizava de nômades⁴¹, foi pelo fato que tanto um como o outro tiveram um modelo norte-africano, que lhes pareceu mais berbere do que púnico, apesar de sua construção ternária. G. Camps lembra que são conhecidos, na onomástica líbrica, nomes que começam com NM (*R.I.L.*, pr.XX *apud* Camps 1960: 152).

⁴¹ Heródoto considerava-os pastores, como vimos, e os situava na região a leste da Berberia. Isto em torno do século V a.C. No entanto, o jogo das palavras nômade/númida persiste entre os latinos, mesmo em um período mais tardio: Salústio (*Jugurthinum*, XVIII, 7-8) e Plínio, o velho, (V, 22) reafirmam o nomadismo dos nômidas. Por outro lado, a análise da distribuição das cidades e vilarejos púnicos e berberes mostra que o sedentarismo, a partir com certeza do século III a.C., difundiu-se na Berberia (Camps 1960: 30 e seguintes).

Outros Númidas

Dois são os autores que mais nos informam acerca dos povos ou grupos habitando a Berberia: Plínio, o velho, e Ptolomeu. Plínio, o velho, (V, 30) nos apresenta um relato específico das cidades e vilarejos existentes entre a região ocidental da Berberia oriental – mais precisamente a partir do el-Kebir – até a Cirenaica. Com relação à Berberia úmida, ele diz: “...entre as comunidades restantes, a maioria não é somente de povoados, mas podem ser mencionadas, com justiça, como povos; assim há os natabudes, os capsitani, os musulâmios, os sabarbares, os massilos, os nicives, os vamacures, os cinithi, os musuni, os marchubi e o conjunto da Getúlia, até o rio Nigris, que separa a África da Etiópia”⁴².

J. Desanges (1980: 328) comenta acerca da lista de Plínio seu aspecto aleatório, que se repete quando ele enumera as cidades e vilarejos dessa mesma região. Ela não segue uma ordem alfabética e nem parece seguir uma geográfica. Os natabudes, seguindo Ptolomeu (IV, 3, 6: 639), são vizinhos dos musulâmios. Ambos estão localizados nas proximidades de Cirta, para o sul. J. Gasco (1982: 103) afirma que, no começo do século I d.C., essa área, formada por um relevo muito fragmentado, era ainda povoada por grupos nômades. Em Oum Krekèche, 20 Km. para o sudeste da cidade romana de Thibilis (que fazia parte da Confederação Cirtense, agrupamento de vilarejos e povos ao redor de Cirta, em época romana, reunidos sob sua jurisdição), foi encontrada, de maneira fortuita, uma inscrição de época tardia (209

⁴² G. C. Picard identifica, em seu relatório final das escavações no antigo vilarejo berbere-latino de Dimmidi (atual Messad), na Argélia meridional, o rio Nigris de Plínio, o velho, com a atual rio Niger, na Nigéria (Picard, 1944: 28). Picard, desse modo, se posiciona contrário à crença mormente aceita, que identifica o Nigris com o oued Djedi, próximo de Messad (Desanges 1980: 346). Concordamos e seguimos a argumentação de Picard, baseada na passagem V, 23 de Plínio, o velho, e nos resultados dos trabalhos em Dimmidi, que provaram ter sido esse vilarejo formado por uma população berbere e não etíope (Picard, 1944: 26-31). A Etiópia (Aethiopia), região das “faces queimadas”, era a terra dos etíopes: grupos nômades de pele escura, como os farúsios, perorses e trogloditas, habitando as zonas meridionais do Marrocos até a Tunísia, na fronteira setentrional do deserto. Salústio (*Jugurthinum*, XX, 5-6) apresenta a seguinte seqüência de ocupação norte-sul: númidas, getulos, etíopes. O termo já aparece nos tabletes de Pilos sob a forma ai-ti-jo-qo (Desanges 1983: 433).

d.C.), atestando a existência de uma *g(ens) Nattabutum* (*C.I.L.* VIII, 4826 *apud* Desanges 1980: 329).

Os capsitani, se levarmos em consideração, com rigor, o significado do sufixo étnico – *itanus*, teriam que ser entendidos enquanto habitantes da cidade de Capsa (atual Gafsa), cidade berbere datada do século II a.C., ao menos (Gsell 1918, vol.II: 98). No entanto, em seus comentários acerca do livro V de Plínio, o velho, J. Desanges (1980: 330) lembra que na documentação epigráfica os habitantes da cidade de Capsa são denominados capsenses (*C.I.L.* VIII, 100 e 101).

Com relação aos musulâmios, possuímos dois grupos portando o mesmo nome – citados por Plínio, o velho, e por Ptolomeu. Os de Plínio correspondem a um dos grupos berberes mais mencionados nas fontes textuais – literárias e epigráficas – do século I d.C. em diante⁴³. Seu território vê-se situado na região da cidade berbere de Madauros, a meia distância entre Tébessa (antiga Theveste) e Kenchela (antiga Mascula), na fronteira entre a Berberia central e a oriental, atual Argélia⁴⁴. J. Desanges, seguindo St. Gsell (1928, vol.VII: 190), acredita que o eixo de seu território estivesse situado no curso superior do oued Mellègue (antigo Muthul), na Koumirie, cujo nome antigo estaria ligado ao do próprio grupo indígena dos musulâmios (*Musulami*) (Desanges 1980: 331). Já os de Ptolomeu (IV, 3, 6: 639) são localizados para o noroeste desta mesma região. J. Desanges liga esse segundo grupo de musulâmios aos revoltosos, liderados pelo berbere Tacfarinas, que promoveram destruição nas terras de Cirta (*Cirtensium pagi*), no início do século I d.C. História que é relatada por Tácito (*Anais*, III, 74). O mesmo Tácito (*Anais*, II, 52) menciona musulâmios nômades, percorrendo os montes meridionais da Argélia, em contato

⁴³ Tácito (*Anais*, II, 52) menciona uma rebelião a eles ligada na época de Tibério. A partir da dinastia imperial Flávia, passam a servir no exército romano (*C.I.L.* XVI, 35). Por fim, tiveram seu território delimitado na época de Trajano (Desanges 1980: 331 n.5).

⁴⁴ Possuímos uma inscrição latina de Tébessa (Theveste) muito importante: ela menciona, conjuntamente, a “confederação” musulâmica e o grupo indígena gubul, o qual pertenceria à primeira (*B.A.C.* 1917: 330 *apud* Camps 1960: 250).

com mouros. No século III d.C., J. Desanges visualiza a lembrança desse outrora grupo indígena no nome de uma *civitas*, cuja inscrição (*Musula(mios ciu)itatesque ali(as....)*) (*C.I.L.* VIII, 20863=9288 *apud* Desanges 1980: 332) foi encontrada a oeste e a muita distância de seu local de origem, na cidade de Tipasa, no litoral argelino (Desanges 1980: 332). A questão que nos interessa aqui é apreender se temos, de fato, dois grupos com esse mesmo nome ou se temos a comprovação de locomoções ou migrações. Pela sua localização original, os musulâmios são considerados nômades. Além disso, em seu relato da Revolta de Tacfarinas, Tácito (*Annales*, II, 52; III, 20, 21, 32, 73, 74; IV, 22, 24, 25) refere-se aos musulâmios como nômades. Não podemos, ao menos, argumentar que Tácito utilize esse termo de maneira generalizada, pois ele distingue cuidadosamente os nômades (musulâmios), sob o comando de Tacfarinas; os mouros, sob as ordens de Mazippa; e, por fim, os garamantes. (Camps 1960: 156).

O grupo dos *sabarbures* é mencionado, com esta grafia, exclusivamente por Plínio, o velho. No entanto, um grande número de documentos epigráficos do Alto Império, do século I ao III d.C., atestam a existência de um grande grupo indígena denominado *suburbures*. A documentação epigráfica, apesar de tardia, é muito interessante. Ela mostra uma ligação entre esse grupo e o dos *nicibes* (*nicives* na grafia de Plínio). Marcos de percurso do século I d.C., os chamados *marcos miliários* (*millaria*), trazem inscrições onde vemos que os dois grupos dividiam uma mesma região, dentro da área maior de Cirta e seus arredores. Além dessa associação, as inscrições assinalam também que os *suburbures* eram qualificados de *Regiani*. Por outro lado, textos epigráficos do final do século II e do século III d.C. são testemunhos da permanência dos *suburbures* (não mais qualificados como *Regiani*). No entanto, esse segundo conjunto de documentos (*C.I.L.* VIII, 8270 (ano 199); *C.I.L.* VIII, 10335 (ano 215)) foi encontrado mais para oeste, em direção à Argélia central, mas ainda dentro dos domínios de Cirta. Em especial, dois *marcos miliários* demonstram que, na época de Trajano, os *suburbures* tiveram seu território delimitado (Desanges 1980: 333). Duas interpretações foram formuladas: a primeira considera que houve uma divisão do grupo, os *Regiani* seriam do leste, e os não *Regiani* seriam do oeste (Camps 1960: 179); a

segunda entende que estamos lidando com um grupo semi-nômade, que praticava a transumância (Desanges 1980: 333).

A informação que os nicives, no Baixo Império, já cristianizados, tiveram seu território fixado ao norte do monte Batna, nas proximidades da Bacia do Hodna (Argélia), sendo que sua área de domínio parece ter alcançado a região, 30 Km. para o nordeste, da atual cidade de N'gaous (Niciuibus na Antigüidade), é um dado a mais a favor da interpretação por um modo de vida semi-nômade desse grupo⁴⁵. Ptolomeu (IV, 3, 6: 639) os localiza ao lado dos natabutes (os natabudes de Plínio, o velho,), para o leste da região de Cirta em torno do século II d.C. Ou seja, na direção oposta de sua implantação em época cristã. Lembramos, no entanto, que a inscrição que localiza os nicives na Berberia central é muito posterior às informações apresentadas por Ptolomeu e Plínio, o velho.

Dessa maneira, de maneira análoga aos musulâmios e aos suburbures, podemos entender tanto locomoções, típicas do semi-nomadismo, dentro de uma região circunscrita, como a existência de facções ou clãs diferentes habitando a área de Cirta e a área de Batna, ambas na Berberia central mas distantes c. 200 Km. uma da outra, ou ainda, visualizar uma mudança territorial, para a qual as razões nos escapam. No entanto, só podemos afirmar essa divisão, no caso dos nicives, para um período muito posterior ao estudado aqui.

Seguindo as indicações de Plínio, o velho, para os massilos, que os situa entre esses dois grupos, comprovamos o território desse grupo indígena – região de Cirta e do djebel Fortas – e percebemos que este fazia fronteira com as terras dos suburbures e dos nicives.

Um rio Vamaccura aparece representado em um mosaico de Thamugadi (atual Timgad, Argélia), cidade militar romana, na Berberia central (na face norte dos montes Aurès). Afora esse dado, sabemos apenas que, no século V d.C., existia uma

⁴⁵ Além de documentos epigráficos mais antigos (*Atlas archéologique de l'Algérie*: escavação n.26, Bou Taleb, notícia 161), uma dedicatória encontrada em uma capela bizantina, do século VI d.C., de N'gaous, comprova essa extensão territorial (Camps 1960: 180).

cadeira episcopal na localidade de Bamaccora ou Vamaccorensis (*Année épigraphique* (AE), 1917-1918, 31, *apud* Desanges 1980: 338), situada na Numídia. Em vista do pouco que esses documentos, ademais tardios, podem nos oferecer em termos de informação, a única hipótese que se apresenta é a de ligar o território original do grupo indígena dos vamacures à região do rio, próximo à própria Thamugadi. Mas não possuímos qualquer prova material de que tenham existido enquanto tal, isto é, enquanto grupo indígena, nem na época de Plínio, o velho, ou de sua fontes para a África, nem no Baixo Império.

Tácito (*Anais* II, 52) menciona os cinithi como um “povo de pouca importância” mas, contraditoriamente, dentro da coalisão formada pelos musulâmios de Tacfarinas contra Roma. Já uma inscrição posterior, do final do século II d.C., qualifica-os como *natio* (*C.I.L.* VIII, 22729 *apud* Desanges 1980: 338). O étnico é diversas vezes encontrado, em época romana, enquanto *cognome*⁴⁶. Os locais de achado das inscrições cobrem a Berberia oriental latitudinalmente, em sua porção meridional: vão de Gightis (atual Bou Ghara, na costa leste da Tunísia), na Sirte Menor, até Theveste (atual Tébessa, no interior da Argélia). Ptolomeu (IV, 3, 6: 639) os localiza justamente na Sirte Menor, nas proximidades de Thaenae (atual Henchir Thyna), cidade ao norte de Gightis. J. Desanges pretende que esse grupo indígena seja o mesmo mencionado no *Bellum Africum* (LXII, 1) que assinala a presença de um povo habitando à beira do mar, ao sul da província de Africa Vetus. Os cinithi teriam fornecido, no começo de 46 a.C., remadores e soldados da marinha getulos às tropas do chefe pompeiano P. Attius Varus (1980: 338). No entanto, como vimos pela documentação de época tardia membros desse grupo locomoveram-se para o oeste e para o interior, no que outrora fora o pleno coração nômada.

⁴⁶ Cinitius: *C.I.L.* VIII, 28002, étnico encontrado nas proximidades de Tébessa, na Argélia, fronteira com a Tunísia (ou seja, na região entre a Berberia central e a oriental); Cinitia: *C.I.L.* VIII, 27869, igualmente encontrado em Tébessa; Chinithius: *C.I.L.* VIII, 4807, encontrado no sítio de Gadiaufala e *C.I.L.* VIII, 22729, inscrição encontrada em Gightis, na Tunísia, limite oriental da Berberia oriental (Desanges 1980: 340)

Os musuni são localizados por Plínio, o velho, na parte oriental da província romana da África, isto é, na Berberia oriental. Ptolomeu (IV, 3, 6: 639) situa-os ao sul do território de um outro grupo indígena, os mididi. Temos notícia de uma cidade Mididi (atual Henchir Medded), a sudoeste de Mactar, na Tunísia. Ou seja, em plena área de dominação cartaginesa, na Berberia oriental. Conhecemos, igualmente, uma *familia* (clã) Medid, cuja inscrição que a menciona foi encontrada na Tunísia, entre Cillium (atual Kasserine) e Thelepte (atual Feriana), na região meridional da Berberia oriental (Cagnat, R.; Merlin, A & Chatelain, L *Inscriptions latines d’Afrique (I.L.Afr.)*, Paris, 1923, n.107, *apud* Desanges 1980: 341). Uma documentação tardia, do século III d.C., nos dá a comprovação da precisão de Ptolomeu. Essas inscrições comprovam, de Sétimo Severo até Gordiano III, a presença de um grupo musuni *Regiani*, cujo território se estendia a nordeste da cidade de Thelepte (*I.L.Afr.* 102 e 103; *C.I.L.* VIII, 23195 *apud idem*). J. Desanges (*ibidem*) acredita que os musuni ganharam o qualificativo *Regiani* a partir de relações mantidas com os “reis” massilos. Por outro lado, a *Tábula de Peutinger* (segm. II, 2-3) localiza os musuni para o sudeste de Sitifis (atual Sétif, na Argélia). Isto é, em plena Berberia central, muito afastados da localização de Ptolomeu e das inscrições apresentadas acima⁴⁷. Admitindo que tenha ocorrido um deslocamento ou uma divisão do grupo, temos que essa facção não é mais denominada *Regiani* (Ptolomeu, IV, 2, 5: 604 – sob a denominação *moukonoi*

⁴⁷ A *Tábula de Peutinger* é uma cópia medieval de um mapa antigo, encontrada em Worms, no final do século XV, e doada em 1508 a Conrad Peutinger d’Augsbourg, daí o nome. A Tábula é, de fato, uma compilação tardia: os topônimos e as divisões administrativas são do Alto Império, mas as etapas já são calculadas em locais e não mais em milhas. Além disso, uma menção às 3 capitais de Roma, Antioquia e Constantinopla nos leva a 337-338 d.C. Glosas cristãs correspondem a outros novos arranjos. Um grande estudioso dos caminhos e das estradas romanas, R. Chevallier, aponta o espírito utilitarista dos romanos para explicar o desenho do mapa. Eles seriam indiferentes à representação científica das formas da terra. Assim, os romanos queriam de seus mapas apenas informações de ordem prática: distâncias nas rotas, um itinerário mais certo para se ir de um ponto ao outro, comodidades das rotas (etapas, banhos, pousadas, etc.) (Chevallier 1972: 23-30). Desse modo, a localização dos musuni pela Tábula, em um território tão distante do seu original, poderia ser visto com suspeita, não fosse essa distância realmente significativa.

apud Desanges 1980: 341). J. Desanges não exclui a persistência, aí expressa, de um modo de vida semi-nômade desde um passado mais remoto. Uma possível rota para essa transumância seria o eixo leste-oeste, ao norte dos montes Aurès.

Por fim, sobre os marchubi temos apenas documentos indiretamente relacionados a eles. Ptolomeu (IV, 2, 5: 604) menciona um grupo indígena, os salassii, e assinala que estes habitavam o território que ficava entre as terras de certos montanheses chamados *malcoubioi* (em grego), na Berberia ocidental, e o Ampsaga (oued el-Kebir), na fronteira entre a Berberia central e oriental. Associando as duas denominações: marchubi e malchoubii, temos que este grupo indígena habitava a região leste da Kabília, na Argélia. No entanto, vimos que os grupos indígenas de Plínio, entre eles os marchubi, devem ser localizados do Ampsaga para o leste. Isto é, da fronteira oriental da Berberia central até a Berberia oriental. Uma única menção aos salassii de Ptolomeu aparece em uma inscrição tardia (sem datação) encontrada na estrada que leva de Constantina (interior argelino) até El-Milia (próxima a atual Collo, no litoral oriental argelino), portanto, na Berberia central para o leste: esta menciona um prefeito dos salas(...) (*C.I.L.* VIII, 19923 *apud* Desanges 1980: 341). A identificação dos salas(...) com os salassii de Ptolomeu não é imediata, mas concordamos com J. Desanges quando ele sugere a possibilidade dos marchubi serem os mesmos montanheses de Ptolomeu (Desanges 1980: 342). Teríamos, então, mais um caso de locomoção ou fracionamento posterior.

Cláudio Ptolomeu menciona ainda outros grupos. Ptolomeu estabelece a sua descrição a partir de faixas paralelas ao litoral. Os kirtêsii, os nabathrae e os iontii são localizados na Numídia, próximos ao mar, até Thabraca (Tabarqa) (Ptolomeu IV, 3, 6: 639). Ou seja, na Berberia oriental, atual Tunísia. Logo abaixo deles, Ptolomeu menciona, em sua segunda faixa, os natabudes e os musulâmios. Dessa maneira, as informações de Ptolomeu não contradizem os dados que apreendemos com Plínio, o velho.

Em suma, massilos, masesilos, maurúsios, zufônes, asfodélodes, areácidas, micatanos, macões, nababes, maxies, zauéces, gizantes, macurebi, tulensii, natabudes, capsitani, musulâmios, gubul, suburbures, nicives, vamacures, cinithi, musuni, marchubi, kirtêsii, nabathrae e iontii são declaradamente classificados como númidas

(Heródoto⁴⁸, Políbio e Diodoro da Sicília) ou são mencionados como habitantes da região dos númidas (Plínio, o velho, e Ptolomeu). Esta classificação apresenta uma série de problemas de ordem metodológica: abrange uma linha cronológica que vai do século V a.C. até os séculos I-II d.C. e engloba áreas muito distintas e distantes umas das outras. Os comentários de Heródoto são os mais problemáticos, pois os seus númidas são localizados em uma região – fronteira leste da Berberia oriental – que mesmo tendo orbitado na esfera de controle de “reis” como Massinissa, não fez parte efetiva e permanente dos territórios dos “reinos” berberes e, especialmente, não fez parte da área que se generalizou denominar Numídia. Os outros testemunhos, apesar de afastados no tempo, ao serem confrontados com os dados fornecidos pela documentação epigráfica, mantêm-se sólidos. A única exceção são os grupos apresentados por Diodoro da Sicília (zufônes, asfodélodes, micatanos e areácidas), dos quais as fontes materiais não deixaram traços.

Todavia, antes de passarmos para a documentação referente aos grupos indígenas da Berberia ocidental, atual Marrocos, apresentamos uma denominação: misiciri, que é interpretada como referente a uma espécie de “confederação” ou super-grupo; isto é, não pertence a um grupo indígena isolado. Os misiciri são especiais porque só os conhecemos a partir de documentação material notadamente líbica, epigráfica⁴⁹. Não há qualquer menção sobre eles nas fontes textuais. Eles são mencionados em três inscrições latinas (*C.I.L.* VIII, 5211, 5217 e 5218 *apud* Camps 1960: 248) e 62 inscrições líbicas⁵⁰, encontradas na região florestal de La Cheffia e de Munier, entre

⁴⁸ Na verdade, são os *agrotres* de Heródoto. Mas os consideramos númidas, enquanto grupo indígena não submetido à autoridade cartaginesa direta, mesmo critério adotado para os mouros, masesilos, massilos, etc. Como pudemos perceber, a divisão entre nômades e agricultores que Heródoto faz dos indígenas, assinalando a oeste da Sirte Menor os territórios desses últimos, é problemática, pois essa vasta área, a Berberia, comportou grupos semi-nômades também.

⁴⁹ O grande problema dessa documentação é o fato dela não ter sido precisamente datada. Apesar de riquíssima em termos de informações, as inscrições não foram encontradas em escavações sistemáticas. São datadas, frouxamente, da época púnica pós-surgimento da escrita líbica até a época imperial romana.

⁵⁰ Compiladas nas tabelas do *Recueil des Inscriptions libyques*. As de número 252 e 145 são bilíngues. Na de n.252 podemos ler: “Chinidal / Misicit(i?) f(ilius) / tribu Misi/ciri vix(it) annis XXX (Camps 1960: 248).

a Argélia e a Tunísia. A grafia latina é *misiciri*, já a líbica é *MSKRH*. Todas as 62 inscrições líbicas foram encontradas na região de La Cheffia, e, mais especialmente, nas proximidades de Munier, na fronteira com a Tunísia. Assim, a “confederação” (assim denominada em razão da quantidade de inscrições encontradas – incluindo cinco sub-títulos – e da extensão territorial que os locais de achado cobrem) ocupava as terras montanhosas e florestais argelinas limitadas pelo oued Medjerda, ao sul; pelo oued el-Kebir e pelo vale do oued Namoussa, a oeste; pela planície do Tarf, ao norte; e pela região de Fernana, já na fronteira tunisiana, a leste. O interessante desse material primário e autóctone são os sub-títulos que aparecem juntamente ao nome *misiciri*, os quais correspondem a menções a cinco grupos menores (clãs/famílias?), que formavam o super-grupo *misiciri*. Com relação a esses grupos ou clãs possuímos apenas a denominação líbica⁵¹: *NBIBH*; *ÇRMMH*; *NNDRMH*; *NSFH*; *NFZIH*. Uma hipótese lingüística relaciona o N inicial de todos esses nomes à preposição “de”. Assim, teríamos uma partícula indicadora de proveniência ou origem (Camps 1960: 250).

44

A seguir, apresentamos os grupos indígenas que entendemos formaram, ou estiveram em contato, com o super-grupo dos mouros. Nossas principais fontes são, novamente, Ptolomeu e Plínio, o velho.

Mouros

Hecateu de Mileto, no século VI a.C., mostra-nos que o mundo grego já conhecia os confins ocidentais do Mediterrâneo, já que este autor menciona alguns nomes de cidades nessa região (Roget 1924: 11). O Périplo de Hannon⁵², situado cronolo-

⁵¹ A única inscrição bilíngue encontrada traz a transliteração *misiciri* tanto para o líbico *MSKRH* quanto para a denominação menor que se segue, no caso, *ÇRMH* (*R.I.L.* 146 *apud* Camps 1960: 250, nota 755).

⁵² Assim é denominado um relato de viagem cartaginesa nas costas atlânticas da África, que chegou até nós através de uma versão grega conservada em um manuscrito de Heidelberg, datado do século IX d.C. Segundo essa versão, um texto afixado no templo de Cronos (isto é, templo de Baal Hammon), em Cartago, teria posto a público os motivos e as peripécias de uma viagem, “do lado de fora das Colunas de Hércules”, na qual os cartagineses teriam dado ao “rei” Hannon a missão de “fundar cidades de libifênicios”. Hannon teria, assim, partido (talvez de Cadix – Gades, na Península Ibérica) com 60 navios de 50 remos, levando com ele c. 30.000 homens e mulheres, víveres e os equipamentos necessários (Lancel 1992: 119).

gicamente a seguir – século V a.C., é, infelizmente, por demais problemático para podermos fazer uso seguro das informações que oferece⁵³. Políbio teria escrito um relato de sua viagem pelas costas ocidentais da África, relato este que se perdeu. Vimos que Plínio, o velho, usa parte dessas informações em sua descrição do ocidente africano. Cláudio Ptolomeu, por outro lado, tanto em relação a estes como a outros autores que escreveram sobre essa região em particular (Estrabão, livro XVII, 3; Pompônio Mela; Alexandre Polihistor; e outros, de época tardia), é a fonte mais antiga (c. 140 d.C.) que fornece dados concretos, em ampla quantidade, sobre as terras do atual Marrocos.

Cláudio Ptolomeu (IV, 1, 5: 585) apresenta uma longa lista de grupos indígenas da Berberia ocidental. É o primeiro autor a fazê-lo explicitamente. A. Jodin (1987, 215) crê que o “reino” mouro na época pré-claudiana era formado organicamente por uma dúzia de *nationes*, uniões de *gentes*, posteriormente localizadas por Ptolomeu nos limites precisos da província da Tingitânia. O autor alexandrino descreve os grupos indígenas seguindo uma linha noroeste/sudeste: partindo da cidade berbere de Tingis (atual Tanger), no Estreito, para então terminar seu elenco na região nordeste da Berberia ocidental:

“As regiões desta província, do lado do Estreito, são habitadas pelos metagônitas; as regiões do Mar Ibérico, pelos socossii; e, sobre eles, pelos verves; abaixo da região dos metagônitas, nós encontramos os mázaces, depois os verbicae; abaixo, os salinsae e os canni; depois os bacuatae e, em seguida, os macanites; sob os verves, os volubiliani; em seguida, os ianguaucani e, em baixo, os nectíberes; em seguida, os pirron pedion, com a posição 9° 30', 30°. Abaixo, encontramos os zegrensii, depois

⁵³ Serge Lancel analisa filologicamente o Périplo e a versão grega transmitida pelo manuscrito de Heidelberg. Ele comenta que foi demonstrado recentemente que a literatura antiga, conservada por nós, comporta menções seguras acerca do Périplo de Hannon, notadamente na *Corografia* de Pompônio Mela e na *História Natural* de Plínio, o velho. A análise desses textos coloca em evidência o fato de eles dependerem de intermediários mais antigos, todos contaminados pelo ciclo de Perseu e da Górgona (que a mitologia antiga localizava, desde Hesíodo, nas regiões situadas para o sudoeste da África conhecida então). No entanto até a chegada de Hannon no rio *Lixus* (e não na cidade, que espantosamente não é mencionada), no Estreito de Gibraltar, as informações do texto são úteis e confiáveis (Lancel 1992: 119-126).

os baniubae e os vacuatae. O norte oriental é ocupado, por inteiro, pelos maurensii⁵⁴, e uma parte pelos herpeditani.” (tradução de R. Roget 1924: 37-38).

Os socossii e os verves são localizados na região do Mar Ibérico de Ptolomeu, que equivale ao Mediterrâneo no extremo oeste (Jodin 1987: 26). O arqueólogo A. Jodin (1987: 27), no entanto, acredita que o nome verves pode ser reencontrado na denominação do atual oued Ouerrha, na região norte do Marrocos. Ali ocupavam as terras do vale. Abaixo dos verves habitavam os volubiliani, grupo que, dessa maneira, aparece pela primeira vez nos textos, como a maior parte dos outros étnicos. Com relação aos volubiliani, há a possibilidade de esse grupo indígena do sudoeste da Berberia ocidental ter derivado o seu nome da cidade berbere, do século III a.C., de Volubilis (Jodin 1987: 28). No entanto, ainda hoje não sabemos se os volubiliani desenvolveram algum tipo de relacionamento com a cidade ou se apenas compartilharam uma mesma área, isto é, foram vizinhos de Volubilis.

46

O *Itinerário de Antonino*⁵⁵ (Tingitânia, 3: “Rota de Tocolosida – 4 Km. e 1/2 ao sul de Volubilis” – Roget, 1924: 40), do século III d.C., avalia como sendo de 16 mil passos a distância separando Volubilis da cidade romana mais próxima, Aquae Daciae, sendo que apenas 3 mil passos a separava de Tocolosida, isto é., 28 Km. A. Jodin (1987: 30) afirma, então, que esta distância correspondia, mais ou menos, à extensão do território, ou seja, do subúrbio que compunha a região de Volubilis,

⁵⁴ Os maurensii são os maurúsios ou mouros. A posição que Ptolomeu apresenta, norte oriental, tem relação com a área que analisamos acima, enquanto possível território original destes (Plínio, V, 17).

⁵⁵ O *Itinerarium Antonini Augusti* é um livreto que indica, para cada rota que traz, uma lista das *mansiones* (das pousadas, estalagens, etc.) com suas distâncias. O *Itinerarium provinciarum* é completo pelo *Itinerarium maritimum*, posterior, que informa as distâncias dos portos mediterrâneos ocidentais até a África do Norte. Um trajeto marítimo é indicado de Roma à Arles. O título de *Itinerário de Antonino* parece ter surgido no principado de Caracala (212-217 d.C.). A data do início do século III d.C. é confirmada por algumas indicações topográficas caducas que concernem as rotas da Grã-Bretanha ou os campos dos legionários. Mas a compilação dataria do fim do século III d.C., a partir da menção de titulaturas que remetem à Diocleciano e a Maximiano (235-305 d.C.). Os erros são muitos, principalmente com relação aos números (alternância nas indicações em milhas e localidades). Todavia, há muitos pontos do Itinerário que estão sendo confirmados, e ele sempre mostra quando uma rota atravessa a área habitada (Chevallier 1972: 30).

aos pés do maciço de Zerhoun. Assim, esse autor supõe que essa área, acrescida das colinas dos arredores, representava a região onde os volubiliani circulavam.

Os vizinhos mais próximos dos volubiliani seriam um grupo indígena não citado por Ptolomeu. Alexandre Polihistor⁵⁶ diz: “Gilda, cidade da Líbia. Nome do povo: gilditas” (Roget 1924: 21). A cidade de Gilda é citada, no *Itinerário de Antonino*, dentro da rota de Tocolosida Gilda, capital dos gilditas, é situada perto de Sidi Slimane a menos de 50 Km. da área noroeste de Volubilis, na beira do oued Beth. O distrito de Cherarda coincidiria, atualmente, com o seu território.

Seguindo a descrição de Ptolomeu, após os volubiliani encontramos os iangaucani, e ainda mais para o sul, os nectiberes. Os grupos dos pirron pedion, dos zegrensii, dos baniubae e dos vacuatae habitam as terras a sudeste dos nectiberes.

Os zegrensii são mencionados também sob a forma zegrensi na *Tabula Banasitana*⁵⁷. No entanto, A. Jodin (1987: 27) pensa que eles possam ser localizados na planície do Rharb (região centro-ocidental da Berberia ocidental, atual Marrocos), na margem direita do oued Sebou e a noroeste de Banasa (Sidi Ali bou Djenoun), cidade berbere datada do, ao menos, século III a.C. O arqueólogo de Volubilis acredita que o local de origem dos zegrensii não deva ser procurado para além das montanhas do Rif, o que significaria os colocar do lado de fora da região que forma, na época dos Flávios, a província romana da Tingitânia⁵⁸.

⁵⁶ Estevão de Bizâncio (século V ou VI d.C.) compilou citações de vários textos anteriores, dentre elas, fragmentos do texto *Libicas*, de Alexandre Polihistor, escrito em torno de 70 a.C., onde esse autor apresenta detalhes sobre a Berberia ocidental.

⁵⁷ Este documento, gravado sobre uma tábua de bronze, contém três textos de época tardia. Aquele que mais nos interessa é o primeiro: uma carta de Marco Aurélio e L. Verus à Coiedus Maximus, governador da Mauritânia Tingitânia, cedendo a cidadania romana à Juliano, chefe do grupo indígena dos zegrenses (Dondin-Payre, 1981: 94).

⁵⁸ Os zegrensii são os únicos para os quais temos um documento de época tardia que ateste sua permanência na província romana da Tingitânia. Portanto, ou não devem ser localizados a partir das indicações de Ptolomeu ou, então, estamos diante de mais um caso de locomoção ou divisão de um grupo indígena berbere.

Já na região noroeste da Berberia ocidental, que compreende o atual Estreito de Gibraltar, Ptolomeu cita, primeiramente, os metagônitas. Após o que, o geógrafo localiza os: mázaces, os verbicae, os salinsae, os canni, os bacates e os macanites. Os herpeditani são os únicos que compartilham a região nordeste da Berberia ocidental (da Tingitânia, para Ptolomeu) com os mouros (maurensii).

Sobre estes grupos é J. Carcopino que oferece a melhor interpretação, por isso seguimos as datações que este estudioso sugere, bem como acompanhamos seus principais argumentos. Segundo ele, os bacates e os macanites são também relatados em uma glosa do *Itinerário de Antonino*, datada do século IV d.C. J. Carcopino a traduz da seguinte maneira: “A partir de Tingis, a Mauritânia, isto é, a região onde habitam os bárbaros, os bacates e os macanites” (1943: 260). Assim, Carcopino, fundamentando-se nesse itinerário, assinala a localização desses dois grupos, não nas montanhas do norte do Marrocos (cf. Ptolomeu), e sim no centro da Berberia ocidental⁵⁹.

Durante o Império foram confeccionados catálogos dos grupos indígenas espalhados pelos territórios romanos. O mais antigo que conhecemos é a lista de Verona, datada de 297 d.C. (Carcopino 1943: 260). Ela enumera, na Mauritânia os: *mauri gensani* (mouros quinquegentiani⁶⁰); *mauri mazazeces* (mouros mázaces); *mauri bavares* (mouros bavares⁶¹) e *mauri bacantes* (mouros bacates). Outro catálogo, posterior, acrescenta à lista os *massenas* (macanites) e os *maziceï* (mázeces) (Carcopino

⁵⁹ Durante a Alta Idade Média, as regiões que se estendiam ao sul do *limes* romano, entre Sala (atual Rabat) e Volubilis, formaram os domínios territoriais de um poderoso grupo muçulmano. Este foi considerado herético, e assim ficou de fora da lei e da fé comuns ao resto do Marrocos islâmico até 1059, quando então os almorávidas conseguiram destruí-lo. Era o grupo dos beghouata. Os pesquisadores medievalistas que estudam o Maghreb costumam identificar os beghouata com os bacates da Antiguidade. J. Carcopino (1943: 258) defende essa tese, e se apoia na conclusão apresentada acima, como em outros dados que apresentaremos adiante, para localizar os bacates mais ao sul – região de Sala – e não nas montanhas do Rif.

⁶⁰ Esse vocábulo latino agrupa em um, uma confederação de cinco grupos, cf. *C.I.L.* VIII, 2.615 e 8.836 (*idem*: 260, nota 3).

⁶¹ O nome bavares aparece em inscrições descobertas nas proximidades da Numídia (*C.I.L.* VIII 2.615), para além da bacia do Hodna, na Argélia, e na Orânia (Numídia até o final do século II a.C., depois parte do “reino” mouro) (Carcopino, *J. Bulletin Archéologique Com.*, 1920: cv e 304) (*apud ibidem*: 260).

1943: 261). Desse modo, J. Carcopino pensa que o segundo redator do *Itinerário de Antonino* (que incluiu a glosa mencionada acima), de posse dessas informações, que ademais não trazem uma localização precisa dos grupos, limitou-se a incluí-los enquanto habitantes da Mauritânia.

Todavia, na passagem onde Ptolomeu cita os marchubi, o geógrafo também assinala os mázeces. Assim, J. Carcopino sugere que este último deva ser localizado na região da Kabília (Argélia), mais exatamente nas proximidades do rio Chélif (antigo Cinalaph) (Ptolomeu IV, 2, 5: 604). De qualquer forma, de uma região mais a leste vem uma inscrição de época tardia atestando uma ilhota de mázeces (*C.I.L.* 2786 *apud* Carcopino 1943: 261). No século IV d.C., eles são mencionados combatendo contra os romanos (Amiano Marcelino XXIX, 5, 25).

Os macanites também são citados em uma passagem de Dião Cássio (LXXV, 13, 3) que relaciona, erroneamente e seguindo uma indicação de Juba II, a nascente do Nilo com o sopé do Grande Atlas. De qualquer forma, essa região é identificada como sendo as terras dos macanites. Relegando a segundo plano a questão do Nilo, podemos incorporar as três informações sobre os macanites que acabamos de citar (Ptolomeu – IV, 2, 5-; catálogo imperial; Dião Cássio) e concluir que, estando eles para o sudeste dos bacates, os macanites deviam, realmente, habitar as terras próximas às montanhas do Grande Atlas marroquino. Os bacates ficam localizados, pois, no Médio Atlas (Carcopino 1943: 262). De fato, possuímos seis inscrições, a mais antiga da primeira metade do século II d.C., encontradas em Volubilis⁶² (cinco) e em Cartennae (atual Ténès)⁶³, que assinalam a presença dos bacates nas terras centrais da Berberia ocidental⁶⁴.

⁶² *C.I.L.* VIII 21.826; Besnier, M. *Archives marocaines*, 1904, n.24: 21; *I.L.Afr.*, n.609 e 610 (Carcopino 1943: 268-269).

⁶³ Essa inscrição (*C.I.L.* VIII 9663) menciona uma homenagem feita pela população de Cartennae (Cartena) ao *duumvir quinquennial* Caius Fulcinius Optatus, por tê-los salvo de um ataque dos bacates. (Carcopino 1943: 263).

⁶⁴ Inscrição datada do período de Antonino (século II d.C.), que assinala a presença dos bacates ao sul de Volubilis e da fronteira romana ao mencionar o bacate Tuccuda, elevado à categoria de cidadão romano, por ter organizado o grupo todo nessa região (Chatelain, L. *Comptes rendus de l'académie des inscriptions et belles-lettres*, 1931: 295 *apud* Carcopino 1943: 267).

Plínio (V, 17) menciona alguns grupos dos getulos na Tingitânia, em constante locomoção, e depois as *gentes* selatitos e masathos. A. Jodin acredita ser possível que a *gens* selatitos dependesse do rio Sala (oued Bou Regreg), e a masathos do rio Massat, no sul da Berberia ocidental (Jodin 1987: 27). De fato, o próprio Plínio, o velho, menciona o *flumen Masath* com relação aos masathi. J. Desanges relaciona esse rio com o Massa de Ptolomeu (IV, 6, 2: 731) (1980: 114). Uma inscrição encontrada em Rapidum (Sour Djouab) menciona um prefeito romano, que no século III d.C., comandava uma *gens Masat...*⁶⁵. De qualquer forma, os masathi estariam situados às margens do rio Massat. Já os selatiti não são mencionados em nenhum outro documento.

Dessa maneira, nossas fontes acerca dos grupos indígenas habitando a região ocidental da Berberia se esgotam. Plínio, o velho, reporta, como mencionado, alguns grupos getulos transitando pela Tingitânia, inclusive tomando o lugar de grupos indígenas locais. No entanto, o mesmo Plínio, afora os selatiti e os masathi, assinala, enquanto habitantes originais dessa região, apenas os mouros (os maurensii de Ptolomeu). Vimos que não foi assim, apesar da maioria dos nomes apresentados por Ptolomeu permanecer obscura para nós.

Getulos

Junto aos númidas e aos mouros, os getulos formam o último dos super-grupos ou “confederações” que habitaram a Berberia na Antigüidade, a partir dos dados fornecidos pelas fontes textuais. Desse modo, o termo “getulo” faz referência a um conjunto de grupos indígenas, isto é, uma espécie de “confederação”. Plínio, o velho, (XIII, 91) afirma que quando os “reis” mouros pretenderam estender sua autoridade até os getulos, as terras destes tinham por limite sul as regiões habitadas pelos etíopes, ou seja, para além do Alto Atlas. Na verdade, os getulos habitavam uma zona muito

⁶⁵ *C.I.L.* VIII 9195. J. Desanges não concorda com a ligação entre os masathi de Plínio, o velho, com a *gens Masat...* da inscrição latina, pois ele argumenta que não faria sentido a existência de um prefeito romano governando um grupo berbere do lado de fora do *limes* da província Tingitânia (1980: 114). Nos perguntamos se esse personagem era de fato um prefeito romano ou se era um chefe berbere.

ampla: ao sul da área onde viviam os mouros, os masesilos, os massilos, os súditos de Cartago e os de Roma, e ao norte do início do Saara – ocupado, por sua vez, pelos etíopes (Estrabão, II, 5, 33; XVII, 3, 2), isto é, a área que como veremos engloba toda a região meridional da Berberia. Plínio, o velho, (V, 43) situa a existência de desertos entre a área de ocupação dos getulos e dos povos mais meridionais ainda (*libyes aegyptii e leucoe aethiopes*). O nome getulos (*gaitouloi* ou *gaetuli*) começa a ser empregado a partir do final do século II a.C. para designar indígenas que se confundem com o grupo de povos chamado nômada e não submetidos diretamente à Cartago (Gsell 1927, vol.V: 115). De maneira análoga ao que foi visto com relação aos dois outros super-grupos (mouros e nômadas), acredita-se que o nome “getulos” pertencesse a um grupo indígena específico primeiramente, para em seguida aglutinar diversos outros (Estrabão, XVII, 3, 2). Eles nunca formaram um “estado”, nas palavras de St. Gsell (*idem*:109), que conclui que o termo *Gaetulia* (Getúlia) era uma denominação geográfica reunindo um grupo de planícies e outro de montanhas, bordeando o deserto. Os limites meridionais desta zona separavam os brancos dos negros. Os getulos eram, então, os povos brancos que se mantiveram ao largo dos “reinos” dos masesilos, massilos e mouros (*ibidem*:110).

A hipótese do significado da denominação “getulos” contera a definição de seu estilo de vida, baseado no nomadismo, é abraçada por diversos autores. Assim, A. Jodin (1987: 26) afirma que o povo dos getulos se distinguia dos mouros e dos nômadas por terem um modo de vida mais rústico, causado pelo seu afastamento geográfico do Mediterrâneo e por sua proximidade com as regiões desérticas. Salústio (*Jugurthinum*, XIX) distingue dois grupos entre eles: “os getulos que vivem, uns em choças, e outros, mais bárbaros, nômades...”.

A contraposição encontramos nas análises de E. W. B. Fentress, que discorda fortemente dessa concepção. Esta autora chama a atenção para o fato do relato da Guerra da África (*Bellum Africum*) falar sobre duas praças-fortes getulas (*duo oppida Gaetulorum*) (XXV, 2). Estrabão (17, 3, 9) também menciona as habitações espalhadas pelo território dos getulos (Fentress 1982: 330, nota 13). Apesar de não negar que o pastoralismo fizesse parte da economia dos grupos getulos, ela afirma

que o mesmo ocorreu para os grupos númidas. Assim, baseando-se nos argumentos fornecidos pelas fontes textuais, E. Fentress sustenta a teoria de que os getulos formavam algum tipo de confederação na qual certos grupos indígenas, cidades e áreas estavam ligados (*idem*: 331). De fato, essa é a interpretação que melhor se sustenta. Pompônio Mela refere-se aos getulos enquanto uma *natio frequens multiplexque* (1, 23) e, em uma inscrição do século I d.C., encontramos um *praefectus...nation(um) Gaetulicar(um) sex quae sunt in Numidia (C.I.L. 5.5267 apud ibidem)*.

Plínio, o velho, (V, 17 e 10) menciona alguns dos grupos indígenas que faziam parte da denominação maior getulos. São eles: os baniurae ou baniubae⁶⁶, os autólolas, os darae e os nesimi. Todos esses são situados, de maneira geral, na área meridional da Berberia ocidental e central.

Discute-se ainda qual a localização geográfica precisa dos baniurae. Um grafite circular em um fragmento de cerâmica, gravado com o nome “*baniura*” e encontrado no sítio arqueológico de Banasa, atesta a presença deste grupo na região central da Berberia ocidental. R. Rebuffat, autor da publicação do grafite, propõe localizar os baniurae no Vale do rio Sebou, na direção de Banasa. Já M. Euzennat os localiza no Alto-Rharb, no Vale do oued Ouerrha, mais ao sul (Desanges 1980: 146). Pendemos para a suposição de locomoções próprias do semi-nomadismo.

J. Desanges propõe que os autólolas fossem getulos, isto é, eram um dos povos que formavam os getulos (1980: 113). Ainda segundo Desanges, os autólolas habitariam a região localizada entre Sala (no litoral do Atlântico, abaixo da linha de Volubilis) e Essaouira (antiga Mogador) (Plínio, o velho, V, 9 e VI, 201). Na opinião de J. Carcopino essas indicações, às quais devemos acrescentar a que os leva mais ao sul ainda, em direção aos etíopes (Plínio, o velho, V, 17) demonstram que esse grupo estava se desintegrando, se fracionando. Quando Ptolomeu escreve sua *Geografia* ele os situa no litoral atlântico, na extremidade sul da Getúlia, entre Cernè (no Rio Oro) e as ilhas Canárias (IV, 6, 6: 734). A partir de Ptolomeu em

⁶⁶J. Desanges (1980: 146) identifica o grupo getulo baniurae de Plínio, o velho, aos banioubai (baniubae) de Ptolomeu (IV, 1, 5: 585).

diante, os autólolas só são mencionados enquanto reminiscência de um passado extinto (Carcopino 1943: 260).

Os darae são apenas brevemente mencionados por Plínio, o velho, (V, 10). Eles habitariam a região em seguida a dos autólolas: no curso médio do oued Dra (antigo Darat), localizado na região sudeste da Berberia ocidental, ou seja, distante das terras mouras mencionadas acima.

Por último, temos os nesimi, que são considerados uma facção dissidente dos autólolas por J. Desanges e estão localizados ainda mais ao sul da Berberia ocidental (Desanges 1980: 147). Acreditamos que outros grupos fizessem parte dos getulos e que dados referentes a eles possam estar misturados a outras menções genéricas, como é o caso provável dos cinithi, que J. Desanges relaciona com os getulos do relato *Bellum Africum* (LXII, 1).

Líbios

Para além dos diversos nomes individuais dos grupos indígenas, Heródoto é um dos primeiros a apresentar ao mundo grego um étnico que incluiria todas essas populações. Trata-se do termo “líbio”⁶⁷. Há muito tempo aceita-se que este nome seja originariamente africano, e que foi empregado pela primeira vez pelos egípcios, já no IIº milênio, para designar os povos que habitavam a região a oeste do Nilo.

O. Bates, autor que compilou, em seu livro *The Eastern Libians*, todos os grupos indígenas orientais do Norte da África mencionados nas fontes escritas egípcias, criou um quadro onde relaciona os povos e grupos indígenas hamíticos, vizinhos do Egito (Camps 1960: 24). Bates inclui entre os muitos grupos que elenca, o grupo rebu/lebu (*idem*).

⁶⁷ Em grego o termo *libyes* (os líbios), para o povo, e *Libye* (a Líbia), para a região, aparece pela primeira vez na *Odisséia* (IV, 85; XIV, 295). A partir do século VI a.C. o nome da região passa a ser empregado pelos geógrafos jônicos referindo-se a todo o continente africano (Heródoto, II, 16). Somente a fronteira oriental é variável: para uns é situada no Nilo, para outros no istmo de Suez e no Mar Vermelho, ou, por fim, no limite ocidental do Egito (Gsell 1927, vol.V: 102).

Os rebu (R'bw) localizavam-se no norte e agrupavam um certo número de grupos indígenas (entre elas os imukehek, os kehek e os esbet). Esta localização dos rebu no Norte da África dura até o período clássico e os gregos – com certeza os de Cirene – acabaram por estender esta denominação a todas as populações hamíticas do Norte da África (Camps 1960: 25). O nome Leptis, que se escreve em púnico LBKY, teria a mesma raiz do nome do povo⁶⁸.

Entretanto, é possível encontrar ainda uma definição mais restrita para o termo “líbrio”. Diodoro da Sicília, Políbio e Apiano (*idem*: notas 5 e 6) chamam *libyes* aqueles que para os romanos eram os *afri*, isto é, os indígenas do território submetido à Cartago, em contraponto aos *nomades*, que viviam para além desta área. Este território cartaginês, ou ao menos o que restou dele após as usurpações de Massinissa, foi anexado pelos romanos após 146 a.C., e a nova província, a África, foi denominada pelos gregos de *Libye* (Gsell 1928, Vol. VII: 1).

Todavia, para além dessa diferenciação entre nômades e líbios/*afri* possuímos documentos que mencionam categorias específicas derivadas do termo líbio⁶⁹. Existe, no relato dos próprios autores antigos (Diodoro da Sicília XX, 55, 4) uma diferenciação entre líbios e uma nova categoria, os libifenícios. Os primeiros corresponderiam à grande massa de indígenas e se confundiriam com os númidas, habitantes da maior parte da Líbia. Já os segundos, que possuíam muitas cidades costeiras, codividiam com os cartagineses direitos de epigamia e eram assim chamados pela sua relação de parentesco com os últimos, devem ser entendidos de maneira análoga

⁶⁸ J. Desanges (1983: 436) assim separa “eticamente” os povos da antiga Berberia: líbico-berberes (de pele branca), mouros, númidas no litoral e getulos nos planaltos; e, saarianos brancos (garamantes) ou mestiços da orla do deserto (farúsios ou nigrítas – etíopes espalhados por toda a região meridional, entre o oued Sous, na Berberia ocidental, e o Djerid, na Berberia central). Para Heródoto (IV, 197), todos os habitantes da África – brancos e não gregos ou fenícios – são líbios. É a mesma coisa que afirmar a unidade “étnica” de todas as populações berberes do Nilo ao Atlântico, ao menos aos olhos desse autor grego.

⁶⁹ Para termos uma noção da longevidade do termo, uma inscrição neo-púnica do começo da era cristã traz a palavra LWBYM (= Loubîm) para denominar a área de atuação de um chefe de exército, um procônsul da província África (Gsell 1927, vol.V: 104).

a categorias semelhantes, como as dos iberofenícios. Após o fim de Cartago, o termo libifenício ganha um sentido geográfico-étnico, passando a identificar as pessoas de origem semítica que viviam no território que, anteriormente, havia sido controlado por Cartago (Gsell, 1918, vol.II: 94, notas 4 a 7).

É comum encontrarmos, entre os pesquisadores, uma outra interpretação que relaciona os libifenícios às pessoas de sangue misto: indígena e fenício (Bondi 1972: 654). Ou então, há quem identifique as cidades onde habitavam os libifenícios como recebendo privilégios jurídicos – em relação às cidades indígenas – e não um grupo determinado de pessoas (*idem*: 655).

No entanto S. Bondi (1972: 656) foi buscar nas palavras do próprio Diodoro da Sicília as pistas para o entendimento do termo. Libifenício é usado pelo historiador grego duas vezes, na passagem citada acima (XX, 55, 4) e quando ele descreve a delegação enviada por Cartago a Alexandre, o Grande, composta por cartagineses e libifenícios (XVII, 113, 2). Em ambos os casos Diodoro deixa claro dois pontos: eles habitavam a costa e gozavam de direitos semelhantes aos cartagineses.

Fazendo uma análise crítica dessas passagens, S. Bondi afirma que a documentação epigráfica que possuímos, e que nos informa acerca da existência, nas cidades da Berberia, de instituições jurídicas análogas às de Cartago, não nos permite estabelecer fronteiras espaciais entre litoral e interior. Assim, não fica evidente que apenas os centros da costa gozassem de privilégios particulares, como poderíamos ser tentados a depreender pelo fato de Diodoro situar libifenícios apenas na costa. Dessa argumentação o arqueólogo retira a seguinte conclusão: os libifenícios não se diferenciavam dos outros líbios por possuírem uma situação jurídica especial ligada ao seu território. A distinção não era feita em razão de uma distribuição geográfica (Bondi, 1972: 658). Contudo, Diodoro sabia que alguns habitantes da Berberia, fora de Cartago, possuíam direitos particulares, talvez análogos aos dos habitantes da capital africana. Dessa maneira, S. Bondi, seguindo a hipótese inicial de St. Gsell, propõe que essa distinção jurídica diga respeito a certos indivíduos e não ao espaço geográfico por eles ocupado. Quando Diodoro (XIII, 80, 3) menciona os povos que lutaram na Guerra dos Mercenários por Cartago ele cita

númidas, líbios, etc., mas não libifénícios. Assim, esses últimos não seriam um terceiro *ethnos*, um terceiro povo, e sim uma categoria de pessoas, uma ordem: os libifénícios são os fenícios que habitavam fora de Cartago. Eles possuíam plenos direitos, que se contrapunham aos dos líbios, autóctones.

Uma denominação própria?

Na Antigüidade, o nome amazigh (tamazight, no feminino, e imazighen, no plural), o qual é, aparentemente, utilizado pelos próprios berberes como designação étnica de seus grupos indígenas, surge, em inscrições líbicas, na forma MSK; em inscrições romanas nas formas *mazic*, *masik*, *mazix* e *mazica* (feminino com uma desinência latina) (Gsell 1927, vol.V: 116; Camps 1960: 27). Este nome foi usado também no começo da era cristã para denominar diversos grupos indígenas. É um étnico largamente difundido por todos os países berberes e é usado no topônimo. Trata-se da raiz MZG ou MZK que aparece também nos nomes mázaces (de época romana), maxies (em Heródoto), mazyces (em Hecateu), maxitani (em Justino), meshwesh (nas inscrições egípcias). Os imusagh, do oeste do Fezzan, os imagighen, do Aír, os imazighen, do Aurés, do Rif e do Alto Atlas, entre outros, conservam este nome. O tamaseght (=tamachek) é a língua dos touareg, que chamam a si mesmos de imouchar. O uso indiscriminado, nos textos antigos, do nome mazices para povos diferentes, nômades, montanhese, etc, em períodos diversos e habitando regiões distantes umas das outras, parece mostrar que este seria o único nome indígena de aceitação geral. Durante o Baixo-Império as menções aos mázaces continuam e são razoavelmente abundantes. Justino (XVIII, 6, 1), ao narrar a lenda da fundação de Cartago por Dido/Elissa, assinala que o rei da região onde a princesa iria fundar sua cidade tinha por súditos maxitani.

Os próprios habitantes autóctones se autodenominavam *madic* ou *mazic*. O termo tem sido traduzido pelos estudiosos como “nobre” ou “livre”. Quinze séculos mais tarde, Ibn Khaldoun escreve que uma parte dos berberes, os Botr, tinham como ancestrais os *madghis*, enquanto, outros, os *Beranès*, descendiam dos *mazigh*, filhos de Cannaã (Camps 1960: 29).

Conclusão

O grupo indígena é entendido como a formação social básica a compor o tecido humano autóctone da Berberia. A partir das informações contidas nos textos de autores gregos e latinos, e dos dados fornecidos pela documentação epigráfica, percebemos que esses grupos podem ser caracterizados também quanto a sua forma de vida: nômade, semi-nômade e sedentária. O que ficou claro, no entanto, é a justaposição desses modos de vida dentro de uma mesma área, e a sobreposição dos grupos, sub-grupos, clãs, etc. dentro de um mesmo conjunto que a historiografia moderna tem denominado de “confederações” ou super-grupos.

É interessante notar que o primeiro grupo indígena apresentado por Heródoto como sedentário é o dos maxies. Vimos que essa construção, que se confunde com os próprios maxlies semi-nômades, aparece nas fontes líbicas sob a forma MZG ou MZK. A provável denominação própria berbere estaria presente no nome amazigh, imagighen e imazighen (atuais) e em diversas transcrições gregas, latinas e também egípcias (meshwesh). A raiz MZK/MZG é, com certeza, muito forte culturalmente.

Entretanto, percebemos que pensar nesses nomes todos em termos de grupos indígenas autônomos é precipitado. Das dezenas de inscrições líbicas que mencionam cinco grupos isolados ou clãs pertencentes ao super-grupo misiciri, apenas uma é bilíngüe (latina-líblica). Pois esta, justamente, utiliza uma mesma transliteração latina, no caso misiciri, para traduzir os dois líbicos (o da “confederação” ou super-grupo dos misiciri: MSKRH, e o do clã/família ou grupo ÇRMMH). Ficamos, então, cautelosos quanto a considerar todos os outros nomes apresentados pelas fontes latinas e gregas enquanto grupos indígenas por inteiro. Acreditamos ser possível que parte destes representassem, dentro da estrutura social interna, uma outra categoria hierárquica, talvez um clã ou família.

Desse modo, temos um grande conjunto de denominações gregas, líbicas, latinas, egípcias e cartaginesas. Algumas sobrepondo-se; outras sendo exemplos únicos. Estas denominações referem-se tanto a aglomerados de grupos indígenas (“confederações”), como a grupos individuais e suas possíveis divisões hierárquicas.

As bases informativas de qualquer estudo sobre o Norte da África na Antigüidade foram aqui apresentadas. Ainda resta por debater as relações sociais e econômicas destes grupos entre si e frente aos estrangeiros. As fontes textuais permanecem enquanto documentos pertinentes, mas acreditamos que somente com o avanço das pesquisas arqueológicas e etno-arqueológicas poderemos efetivamente formular hipóteses de trabalho mais conclusivas.

Referências Bibliográficas

Fontes textuais

Apiano: *Apian's Roman History*, The Loeb Classical Library, Londres, William Heinemann Ltd, 1960.

Diodoro da Sicília: *Library of History of Diodorus of Sicily*, Londres, Cambridge, Massachusets, William Heinemann Ltd, Harvard University Press, trad. de C.H. Oldfather, 1960, 10 vols.

Estrabão: *The Geography of Strabo*, trad. Horace Leonard Jones, The Loeb Classical Library Cambridge, Harvard University Press, 1954-1961.

Heródoto: *Hérodote* (textos relativos à África do Norte), S.Gsell (org.), Ager-Paris, 1916.

Justino: *Abrégé des Histoires Philippiques de Trogue Pompée et Prologues de Trogue Pompée*, Paris, Librairie Garnier Frères, 2 vols.

Plínio, o velho, *Histoire Naturelle*. Livre V, 1-46, 1ere partie (L'Afrique du Nord). Texte établi, traduit et commenté par Jehan Desanges. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1980.

Salústio: *Guerre de Jugurtha*, org. Alfred Ernout, Paris, Les Belles Lettres, 1947.

Tito-Lívio: *Histoire Romaine*, Paris, Librairie Garnier Frères, trad. de Eugène Lassere.

Obras

ALBERTINI, E. *L'Afrique Romaine*, Brouchure publiéé sous les auspices du Gouvernement General de l'Algerie, 1937.

AMANDRY, M.; BURNETT, A. & RIPOLLES, P. P. *Roman Provincial Coinage*. RPC, vol.1: from the death of Caesar to the death of Vitellius (44 a.C. – 69 d.C.). Part I: Introduction and Catalogue, Londres, British Museum Press.

- BAHN, P. & RENFREW, C. *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. Londres, 1991.
- BONDÌ, S. F. I Libifenici nell'ordinamento cartaginese. *Rendiconti dell'Accademia Nazionale dei Lincei*. vol.XXVI, Roma, 1972.
- CAMPS, G. Massinissa ou les débuts de l'histoire. *Lybica*, VIII, 1960.
- CARCOPINO, J. *Le Maroc antique*. Paris, Gallimard, 1943.
- CHEVALLIER, R. *Les voies romaines*. Paris-Alger, Ed. Librairie Armand Colin, Collection U, Série "Histoire ancienne", 1972.
- DESANGES, J. "Permanence d'une structure indigène en marge de l'administration romaine: la Numidie traditionnelle". *Antiquités Africaines*, 15, 1980 (b): 77-89.
- . "Os protoberberes". *História Geral da África. IV. A África antiga*. Coord. do Volume: G. Mokhtar. Comitê Científico Intenacional para a Redação de uma História Geral da África (Unesco). São Paulo/Paris, Ática/Unesco, 1983, vol.2.
- DONDIN-PAYRE, M. "Recherches sur une aspect de la romanisation de l'Afrique du Nord: l'expansion de la citoyenneté romaine jusqu'à Hadrien", *Antiquités Africaines*, 17, 1981: 93-132.
- EUZENAT, M. "Héritage punique et influence gréco-romaine au Maroc à la veille de la conquête romaine", *Actes du VIII Congrès international d'Archéologie classique* (Paris, 1963), Paris, 1965: 261-278.
- FENTRESS, E. W. B. "Tribe and Faction: the Case of the Gaetuli", *Mélanges de l'école française de Rome*, XCIV, 1982: 325-334.
- GALAND, L. "Les alphabets libyques", *Antiquités Africaines*, vol.25, 1989: 68-81.
- GASCOU, J. "Les sacerdotés Cererum de Carthage", *Antiquités Africaines*, XXIII, 1987: 95-128.
- GSELL, S. *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*. Paris, Hachette, 1913/1928, 8 vols.
- HALL, J. *Ethnic Identity in Greek Antiquity*. Cambridge, 1997.
- JODIN, A. *Volubilis regia Iubae*, Paris, 1987.
- LANCEL, SS. *Carthage*, Paris, Librairie Arthème Fayard, 1992.
- LASSÈRE, J. M. *Ubique populus. Peuplement et mouvement de population dans l'Afrique romaine de la chute de Carthage à la fin de la dynastie des Sévères (146 a.C.-235 p.C.)*, Paris, Éditions du Centre National de la recherche scientifique, Études d'antiquités africaines, 1977.
- MANFREDI, L. I. *Monete Puniche, Repertorio Epigrafico e Numismatico delle Leggende Puniche*. Roma, Bollettino di Numismatica, Monografia 6. Rep., 1994.

PICARD, G. C. *Castellum Dimmidi*, Paris/Alger, 1944.

ROGET, R. *Le Maroc chez les auteurs anciens*, Nouvelle collection de textes et documents, Paris, Société d'Édition "*Les Belles Lettres*", Paris, 1924.

RAVEN, S. *Rome in Africa*, 3^a ed. (1969), Londres e Nova Iorque, Routledge, 1984.

SELIGMAN, C. G. "Les Kamites septentrionaux", *Les Races de l'Afrique*, Paris, Payot, 1935: 120-133.

WALSH, P. G. "Massinissa", *Journal of Roman Studies*, 1965: 149-160.

WHITTAKER, C. R. "Land and Labour in North Africa", *Land, City and Trade in the Roman Empire*. Aldershot, Variorum, 1993 (1978): 331-362.